



Diagnóstico e Avaliação de Impactos em Iapu

Turismo, Cultura, Esporte e Lazer

Sumário

1	Introdução	10
2	Metodologia	15
2.1	Procedimentos Empregados no Diagnóstico	15
2.2	Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto	24
2.3	Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados	24
3	Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Iapu	26
3.1	Caracterização Geral	26
3.2	Análise Temática	34
3.3	Clipping de Notícias	74
3.4	Textos Acadêmicos	77
4	Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas	81
4.1	Turismo	81
4.2	Cultura	81
4.3	Esporte e Lazer	82
5	Avaliação de Impactos	86
5.1	Metodologia	86
5.2	Resultado	107
6	Créditos e Referências	114
	Entrevistados no município	114
	Equipe Técnica	114

Referências	118
-------------------	-----

Índice de Figuras

Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone	21
Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais	22
Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais	23
Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce	23
Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva	24
Figura 6 Mapa de localização de Iapu	29
Figura 7 Mapa dos Bens Identificados em Iapu	38
Figura 8 Ponto de Táxi Praça Higino Fernandes	48
Figura 9 Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura	53
Figura 10 Biblioteca Pública Municipal Marechal Humberto Castelo Branco	60
Figura 11 Apresentação do grupo de Capoeira durante a Feirart	62
Figura 12 Shows e concurso na Feira da Paz 2015	63
Figura 13 Cartazes anunciando shows em feiras e em eventos da prefeitura	63
Figura 14 Face de Santo Estevão. Foto: Leonardo de Souza Caetano 11/2015	65
Figura 15 Capela do Padre Francisco Weber. Foto: Leonardo de Souza Caetano 10/2015	66
Figura 16 Palestra na Jornada do Patrimônio Cultural, 2015. Foto: Sandra Gomes	67
Figura 17 Atividade Projeto Educar - Educação Patrimonial	68
Figura 24 Nuvem de termos referente a Iapu	77

Figura 25 Modelo de Gráfico de Radar	92
Figura 26 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos.....	93
Figura 27 Classificação da Significância de Impactos	94

Índice de Gráficos

Figura 1 Valor Adicionado Bruto de Iapú	33
Gráfico 2 Impactos na imagem do município.....	108
Gráfico 3 Impacto econômico sobre o setor de turismo.....	109

Índice de Tabelas

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR	18
Tabela 2 Taxa de urbanização - Iapú e Minas Gerais (%).....	27
Tabela 3 IDHM e seus componentes - Iapú e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010)	30
Tabela 4 PIB (1.000,00 R\$) - Iapú e Minas Gerais (2010 – 2013).....	32
Tabela 5 Número de pessoas ocupadas na semana de referência (2000 e 2010)	34
Tabela 6 Síntese do inventário de oferta turística – Iapú	36
Tabela 7 Meios de Hospedagem	44
Tabela 8 Equipamentos de Alimentos e Bebidas	45
Tabela 9 Locais e Templos de Fé	49
Tabela 10 Orçamento municipal – despesas realizadas segundo a função Cultura– Iapú (2014 e 2015)	56
Tabela 11 Pontuação no ICMS Patrimônio Cultural – Iapú (2013-2017).....	58

Tabela 12 Valores repassados para o município segundo o critério Patrimônio Cultural – Iapu (2014-2016)	58
Tabela 13 Atrativos culturais	61
Tabela 14 Espaços/Equipamentos Esporte e Lazer	73
Tabela 15 Clipping de Notícias - Iapu.....	75
Tabela 16 Síntese de citações - Iapu	78
Tabela 17 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão	87
Tabela 18 Modelo planilha de Identificação dos impactos ambientais	89
Tabela 19 Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais	111
Tabela 20 Listagem de participantes de reunião institucional em Iapu	114
Tabela 21 Equipe Técnica	114

LISTA DE SIGLAS

CEFART: Centro de Formação Artística da Fundação Clóvis Salgado

CEI: Centro de Estatística e Informações

CODEMA: Conselho de Defesa do Meio Ambiente

CONAC: Coordenação de Contas Nacionais

COMTUR: Conselho Municipal de Turismo

CME: Conselho Municipal de Esportes

CNTUR: Conselho Nacional de Turismo

CND: Conselho Nacional do Desporto

CNPC: Conselho Nacional de Política Cultural

CT: Circuitos Turísticos

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRATUR: Empresa Brasileira de Turismo

FAOP: Fundação de Arte de Ouro Preto

FEC: Fundo Estadual de Cultura

FJP: Fundação João Pinheiro

FIEMG: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

FNC: Fundo Nacional da Cultura

FORNATUR: Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo

FUMTUR: Fundo Municipal de Turismo

FUNGETUR: Fundo Geral do Turismo

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IEF: Instituto Estadual de Florestas

IMRS: Índice Mineiro de Responsabilidade Social

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano

ISSQN: Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza

MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens

MTur: Ministério do Turismo

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

PEC: Plano Estadual de Cultura

PEDST: Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Minas Gerais

PMDI: Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado

PNMT: Plano Nacional de Municipalização do Turismo

PMT: Plano Municipal de Turismo

PNT: Plano Nacional de Turismo

PNC: Plano Nacional de Cultura

PNCV: Política Nacional Cultura Viva

PNLL: Plano Nacional de Livro e Leitura

PRT: Programa de Regionalização do Turismo

PRONAC: Programa Nacional de Apoio à Cultura

PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SEC: Secretaria de Estado de Cultura

SEESP: Secretaria de Estado de Esportes

SETUR: Secretaria de Estado de Turismo

SNC: Sistema Nacional de Cultura

SNIIC: Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais

SNT: Sistema Nacional de Turismo

TCC: Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, e o Termo de Compromisso Cultural

TCE: Tribunal de Contas do Estado

TURMINAS: Empresa Mineira de Turismo

UEMG: Universidade Estadual de Minas Gerais

UFJF: Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UFES: Universidade Federal do Espírito Santo

UHE: Usina Hidroelétrica

UTRAMIG: Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais



Introdução

1 Introdução

Este documento apresenta o diagnóstico e a avaliação de impactos sobre os aspectos de cultura, esporte, lazer e turismo relativos ao município de Iapu, decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, em 05/11/2015, fato doravante denominado Evento.

A definição do escopo e dos procedimentos empregados na elaboração do diagnóstico e da avaliação de impactos foi procedida em consonância com o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório¹ e compensatório², na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Face à complexidade e diversidade dos temas a serem abordados e à necessidade de cumprir o objetivo proposto com o máximo de fluidez de leitura possível, optou-se por dividir este documento em cinco partes, assim organizadas:

- Parte I: Metodologia;
- Parte II: Diagnóstico do Município;
- Parte III: Síntese;
- Parte IV: Avaliação de Impactos do Evento;
- Parte V: Créditos e Referências.

A primeira parte é destinada à apresentação dos procedimentos e instrumentos metodológicos empregados no desenvolvimento de todas as etapas do processo de trabalho: planejamento; levantamento de dados primários e secundários; sistematização e análise de dados para fins de diagnóstico, avaliação de impactos e proposição das ações e

1 Compreendem medidas e ações de cunho reparatório que têm por objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos advindos do EVENTO.

2 Compreendem medidas e ações que visam a compensar impactos não mitigáveis ou não reparáveis advindos do EVENTO, por meio da melhoria das condições socioambientais e socioeconômicas das áreas impactadas, cuja reparação não seja possível ou viável, nos termos dos PROGRAMAS.

medidas de reparação e compensação dos impactos identificados nas dimensões da cultura, turismo, e esporte e lazer.

A segunda parte se refere ao objetivo primeiro deste trabalho que é o de apresentar a atual situação dos municípios em relação aos aspectos da cultura, turismo, esporte e lazer. As informações apresentadas são o resultado da compilação de dados obtidos por meio de diferentes estratégias e procedimentos de pesquisa e buscam dar a conhecer o status atual da situação dessas áreas, com suas potencialidades e fragilidades. De maneira particular, este diagnóstico apresenta as condições atualmente vividas pelo município em função do Evento e as atividades já em desenvolvimento para sua mitigação, bem como aquelas que ainda são necessárias iniciar.

Ressalta-se que na etapa de diagnóstico procedeu-se com a atualização do Inventário de Oferta Turística do município, realizado em 2014, tendo sido necessário, portanto, validar e atualizar os dados e informações disponíveis.

Um aspecto importante a mencionar é o fato de que a pesca amadora foi incluída neste diagnóstico, na dimensão lazer. Sendo assim, há um volume específico para a pesca amadora que apresenta o diagnóstico dos 32 municípios conjuntamente.

Cabe fazer menção aqui ao fato de que não se pretendeu neste trabalho realizar um aprofundado diagnóstico de caráter socioeconômico, tendo em vista que este produto já foi previamente elaborado por consultoria contratada pela Samarco S/A. O referido diagnóstico³, inclusive, foi utilizado como referência para o trabalho ora apresentado. Nessa medida, os dados socioeconômicos de Iapu aqui expostos são aqueles que auxiliam na análise de fragilidades e potencialidades municipais relativas aos temas de cultura, esporte, lazer e turismo e, ainda, aqueles que dão suporte à avaliação de impactos do Evento sobre o município, no tocante a estas disciplinas.

A terceira parte do trabalho consiste em uma síntese do diagnóstico das áreas de turismo, cultura, esporte e lazer.

³ Diagnóstico Socioeconômico, Município de Iapu/MG, elaborado pela Práxis Projetos e Consultoria.

A quarta parte trata da avaliação de impactos decorrentes do Evento sobre o município de Iapu. A qualidade da etapa de Identificação e Avaliação dos Impactos Ambientais (AIA) é de fundamental importância para que a Fundação Renova possa atuar de maneira efetiva na mitigação dos impactos ambientais decorridos do Evento, bem como trabalhar na potencialização de impactos positivos que eventualmente tenham ocorrido em função deste. Nesse sentido, a equipe da Expressão Socioambiental dedicou-se a adaptar metodologias já consagradas nos Estudos de Impacto Ambiental, as quais tomam como referência a Resolução CONAMA 01/86. Além disso, todos os tratados e parâmetros internacionais de garantia de qualidade de vida e direitos foram também levados em consideração.

A AIA somente pode ser realizada de forma coerente e tecnicamente adequada de posse de duas peças anteriores muito importantes: a descrição do Evento e suas consequências e o diagnóstico atual da área. Todo o processo de AIA se baseará nestas informações, tendo em vista que alguns impactos vivenciados pela população nos aspectos culturais, de esporte, lazer e turismo possam ter sido mitigados durante os meses subsequentes à sua ocorrência.

A quinta parte do relatório aborda a apresentação das referências utilizadas para a elaboração deste documento e os créditos.

Salienta-se, que embora as análises versem sobre distintas dimensões da realidade social e das políticas públicas – cultura, turismo, esporte e lazer –, com suas especificidades, buscou-se conferir às mesmas uma perspectiva integrada.

Por fim, cumpre destacar que este relatório soma-se a um estudo mais abrangente, composto em sua totalidade pelo diagnóstico e Inventário da Oferta Turística (INVTUR) de 32 municípios contíguos ao rio Doce e ainda por outros cinco volumes, sendo eles Diagnóstico da Pesca Esportiva e Amadora; Documento de Políticas Públicas de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer em Nível Federal e Estadual; Perfil Municipal de Turismo, Cultura,

Esporte e Lazer de cada um dos 32 municípios; Compilado Cartográfico⁴; e Síntese dos Diagnósticos. Haverá, ainda, um vídeo com a apresentação dos principais resultados deste trabalho.

⁴ Os mapas apresentados neste relatório são meramente ilustrativos, visto que a redução de seu tamanho original não possibilita a leitura. Os mapas em tamanho compatível com a escala serão apresentados no volume: Compilado Cartográfico.



Metodologia

2 Metodologia

A definição dos procedimentos e instrumentos metodológicos aqui empregados observou as premissas que encerram a produção técnico-científica, os princípios e normativas instituídos pelos órgãos nacionais que regem processos de elaboração de diagnósticos para subsídio à avaliação de impactos socioambientais e a decorrente proposição de medidas de mitigação, reparação e compensação de tais impactos. De modo específico, observou o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório e compensatório, na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Foram propostos procedimentos e instrumentos para cada uma das etapas do processo de trabalho desenvolvido, a saber: o diagnóstico sobre os temas cultura, turismo, esporte e lazer relativos a 32 municípios da bacia do rio Doce; em Minas Gerais; a avaliação dos impactos socioambientais e a correlata proposição de ações e medidas de reparação e compensação.

Face à complexidade das expressões dos impactos decorrentes do Evento sobre a dinâmica sociocultural e econômica⁵ da área de abrangência do estudo, propôs-se distinguir duas territorialidades de análise: (i) os 32 municípios da área de interesse que integram a Bacia do rio Doce e, por conseguinte, o escopo do estudo; e (ii) as comunidades lindeiras ao rio, por isso, mais susceptíveis aos impactos.

2.1 Procedimentos Empregados no Diagnóstico

A elaboração do diagnóstico teve início com o levantamento de dados e informações secundárias em sítios governamentais de âmbito municipal, estadual e federal, bem como em bancos de dados e estudos de instituições de pesquisa. Dentre as principais fontes pesquisadas, tem-se:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

⁵ Não foram incorporados os efeitos inflacionários ao longo dos anos nos valores expressos neste relatório.

- Fundação João Pinheiro;
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA;
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD;
- Secretarias de Estado de Turismo, de Cultura e de Esportes de Minas Gerais;
- Ministério de Turismo;
- Ministério da Cultura;
- Ministério do Esporte;
- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA;
- Fundação Renova;
- Práxis Projetos e Consultoria – Diagnóstico socioeconômico realizado para a Samarco.

Os dados e informações levantados foram sistematizados em banco de dados, a partir do quais geraram-se gráficos e tabelas para subsidio às análises preliminares acerca dos aspectos a serem estudados.

O segundo momento foi dedicado à construção dos instrumentos de coleta de dados primários. Para tanto, tomou-se como ponto de partida e referência o modelo do Inventário da Oferta Turística – INVTUR, primeiro produto a ser gerado para cada um dos 32 municípios da área de abrangência deste trabalho, em atendimento ao TTAC e ao Termo de Referência. O INVTUR, proposto pelo Ministério do Turismo, é composto por formulários agrupados em três grandes eixos: infraestrutura de apoio ao turismo; serviços e equipamentos turísticos; e atrativos turísticos. Na metodologia proposta pelo Ministério do Turismo há uma recomendação de que o inventário seja realizado em parceria com instituições de ensino superior de turismo ou cursos afins. Em consonância com tal recomendação, a Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos realizou contrato de prestação de serviços de natureza técnico-científica com a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) de maneira a incluir em sua equipe docentes do Departamento de Turismo, bem como pesquisadores.

Face à amplitude do escopo do estudo, que contempla, além do turismo, as dimensões cultura e esporte e lazer, fez-se necessário construir instrumentos de levantamento de dados complementares, a serem utilizados em entrevistas com gestores públicos, integrantes dos conselhos de políticas setoriais, representantes de instituições de interesse público, que atuam em áreas correlatas ao escopo do estudo, e lideranças comunitárias. Salienta-se que,

com os instrumentos complementares, buscou-se abarcar questões não contempladas nos formulários do INVTUR, bem como contribuir para o levantamento de dados e informações que possibilitem cotejar os impactos decorrentes do Evento. O INVTUR proporciona o conhecimento do setor turístico, auxiliando na divulgação, utilização e elaboração de possíveis propostas de conservação e/ou reparação dos aspectos e pontos inventariados.

Tomou-se como referência a plataforma online do INVTUR, por ainda ser disponibilizada no site da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais. Para acesso à referida plataforma, a SETUR/MG concedeu uma senha de teste, por meio da qual foi possível identificar e selecionar as informações a serem levantadas neste estudo, observando os itens de preenchimento obrigatório. Os formulários então elaborados foram inseridos em um aplicativo denominado *TapSee*, instalado em *tablets* utilizados pelos pesquisadores em campo. Os pesquisadores foram capacitados a utilizarem o referido aplicativo, em conformidade com os Manuais A, B e C do INVTUR, disponibilizados no site do Ministério do Turismo. Em tais Manuais é possível obter informações sobre todas as questões constantes nos formulários.

O levantamento de dados preliminar possibilitou constatar que metade dos 32 municípios dispõem de INVTUR, em geral, por integrarem circuitos turísticos, cuja adesão é condicionada à realização de inventário turístico local. Por conseguinte, foram estabelecidas distintas estratégias de levantamento de dados. Nos municípios que possuem INVTUR, o procedimento adotado foi o de atualizá-lo e validá-lo em posse de informações já disponibilizadas no *TapSee*. Nos municípios que não possuem inventário turístico, este foi realizado. Para tanto, foram utilizados diferentes procedimentos de preenchimento dos formulários, segundo a sua natureza.

A seguir, apresenta-se a Tabela 1, na qual constam o tipo de formulário, informações constantes em cada um deles para serem levantadas e os procedimentos adotados para obter tais informações.

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR

INVTUR	Tipo de informação	Como obter a informação
Formulário A1	Características Gerais	Fontes secundárias e validação com representante sugerido no contato institucional
Formulário A.2.2	Acesso	Fontes secundárias e a condição pode ser percebida em campo
Formulário A4	Serviços de Segurança	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Formulário A7	Outros Serviços	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Módulo B (Formulários B1, B2, B3, B4, B5, B6 e B7)	Serviços e equipamentos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Módulo C	Atrativos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Formulário de Eventos	Eventos	Fontes secundárias e validação em campo
Formulário de Gastronomia	Gastronomia	Fontes secundárias e validação em campo

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A análise dos formulários do INVTUR foi cuidadosamente procedida, observando a necessidade de se levantarem dados para a elaboração dos diagnósticos municipais de turismo, cultura, esportes e lazer, tanto nas sedes dos municípios, quanto nas comunidades impactadas pelo Evento. Temas importantes para as análises e não contemplados no INVTUR motivaram a elaboração de novos instrumentos de coleta para preencher essas lacunas. Tal como previsto no TTAC, planejou-se a busca de informações referentes aos três segmentos: (i) institucionalidade e recursos, (ii) infraestrutura e equipamentos, (iii) programas, projetos e práticas.

Dessa forma, além da realização de pesquisa em fontes de dados secundárias para subsidiar o estudo das temáticas definidas, foram elaborados os seguintes questionários complementares:

- Questionário Complementar Partes I e II – Cultura;
- Questionário Complementar Partes I e II – Turismo;
- Questionário Complementar Partes I e II – Esportes e Lazer;
- Questionário Complementar Relacionamento Samarco/Prefeitura.

Os questionários complementares foram estruturados em blocos. Os três questionários complementares Parte I tratam da gestão municipal de cada política pública em estudo. Os outros três abordam, para cada tema de estudo, aspectos relativos ao desenvolvimento econômico e social, gestão financeira, capital social e, especificamente, para a área da cultura: a produção cultural, os equipamentos culturais, os meios de comunicação e o calendário cultural. Esses questionários foram destinados à aplicação junto a gestores e técnicos das gestões públicas municipais, responsáveis pelas políticas de cultura, turismo, esportes e lazer. O quarto questionário complementar tem por objetivo subsidiar a avaliação do relacionamento institucional do município com a Samarco, após o Evento, sendo por isso proposto ao Prefeito Municipal ou a um representante por ele indicado.

Para subsidiar a Avaliação de Impactos foram propostos procedimentos e elaborados instrumentos específicos de levantamento de dados. Os procedimentos específicos consistiram em: pesquisa documental de estudos técnico-científicos sobre o Evento e seus impactos; observação in loco com registro de dados e informações por meio de fotografias, filmagens e coordenadas geográficas, para fins de elaboração de mapas e outros recursos de documentação e análise; aplicação de questionários estruturados de avaliação de impactos junto a gestores públicos, integrantes de conselhos de políticas setoriais correlatas aos temas em estudo; representantes de instituições públicas e lideranças comunitárias. Foram três os questionários elaborados:

- Avaliação de Impacto no Setor Cultura;
- Avaliação de Impacto no Setor Turismo;
- Avaliação de Impacto no Setor Esportes e Lazer.

Os questionários foram aplicados e sistematizados por meio da ferramenta digital de *survey* operacionalizada pelo aplicativo *TapSee*, que permite o armazenamento, a organização e a padronização da coleta de dados, imagens e localização⁶. O aplicativo favorece o preenchimento digital e a integração de dados diretamente no banco de dados da pesquisa, facilitando a aplicação dos questionários e a sistematização da informação.

Com o objetivo de orientar o diálogo com moradores das comunidades diretamente atingidas pelo Evento, sejam eles lideranças, comunitárias ou não, comerciantes, representantes de associações e grupos diversos, foi elaborado um Roteiro de Entrevistas.

Também foi proposto trabalho de campo com vistas ao registro do impacto físico ao longo do rio, decorrente do Evento, por meio de ferramenta de georreferenciamento. Para tanto, utilizou-se como recurso um sobrevoo de drone, a fim de produzir imagens que registrassem o status atual do impacto em pontos específicos a partir da indicação dos entrevistados e com a observação dos técnicos envolvidos no diagnóstico.

⁶ O TapSee permite a criação de *survey*, com questões abertas e fechadas, para a aplicação em campo. Tem recursos para incluir variáveis numéricas, ícone para inserção de datas, armazenamento de fotos e de coordenadas GPS, gravações, além de separar as informações por página e as questões por blocos de assuntos.



Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Em atendimento ao TTAC, que prevê de maneira explícita, a partir da avaliação de impactos, o desenvolvimento de ações de desenvolvimento e de recuperação da pesca esportiva/amadora para a bacia hidrográfica, especialistas da equipe elaboraram o Roteiro da Pesca Amadora Esportiva. Esse roteiro foi adotado como instrumento de orientação dos diálogos com ribeirinhos e comerciantes de lojas que vendem artigos de pesca nos municípios visitados.

Definidos os procedimentos metodológicos e elaborados os instrumentos de pesquisa, foi realizado trabalho de campo para levantamento de dados sobre aspectos atinentes à cultura, esporte, lazer e turismo, bem como sobre as atividades de pesca amadora/esportiva. De maneira geral, as atividades de campo tiveram três linhas de atuação: (i) contatos institucionais com gestores e conselheiros públicos para levantamento de dados por meio da aplicação de questionários estruturados, necessários ao balizamento das análises de diagnóstico e de avaliação dos impactos causados pelo Evento; (ii) atualização ou realização do INVTUR; (iii) levantamento de dados em localidades diretamente afetadas nas margens do rio e junto a pescadores amadores/esportivos e pessoas ligadas a essa atividade, por meio da aplicação de questionário, registro fotográfico e de coordenadas geográficas.



Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Com relação à pesca amadora/esportiva foram aplicados questionários junto a pescadores, moradores locais e ribeirinhos, que tinham a pesca como fonte de lazer e/ou turismo. Além dos específicos aos pescadores, foram aplicados questionários às atividades de comércio que tinham envolvimento direto com a pesca, a exemplo de lojas que comercializam produtos voltados à pesca, como caniços, linhas, anzóis, iscas e afins.



Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Além dos questionários foram observados in loco as atividades de pesca, tendo sido documentados todos os possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora/esportiva.



Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Por fim, no sentido de garantir uma eficiente e detalhada apresentação dos resultados do trabalho foram utilizados recursos como mapas, tabelas, gráficos e fotos.

2.2 Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto

Os procedimentos adotados para a avaliação de impactos serão apresentados no capítulo referente ao tema.

2.3 Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados

Os procedimentos empregados na proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados serão expostos em volume a parte dedicado a este tema.



Diagnóstico

3 Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Iapu

3.1 Caracterização Geral

3.1.1 Histórico de Ocupação do Município

A região na qual hoje se localiza Iapu foi ocupada em 1822, destacando-se Raimundo José de Souza como o primeiro morador. Cerca de um século depois, em 1923, criou-se o distrito de Boachá, cuja denominação homenageava uma tribo indígena e um ribeirão locais (IBGE, 2016).

O distrito, com o nome alterado para São Estevão e até então pertencente ao município de Caratinga, passa a ser subordinado a Inhapim, por meio da Lei Estadual nº 148, de 1938 (IBGE, 2016).

Em 1943, com a Lei nº 1.058, altera-se o nome para Iapu, que, em língua indígena, representa “o pantanal” ou, ainda, ave de cor preta e cauda amarela. Iapu torna-se município com a Lei Estadual nº 336, de 1948 (IBGE, 2016).

3.1.2 Aspectos Geográficos: Área e Temperatura

O município de Iapu possui área de 340,63 km², fazendo parte da Mesorregião do Vale do Rio Doce e da Microrregião de Caratinga (ATLAS BRASIL, 2016). Sua temperatura média é de 23° C.

Os municípios limítrofes são: Sobrália, Periquito, Naque, Bugre, Caratinga, Inhapim e São João do Oriente. Iapu é atualmente composto pela sede e pelo distrito de São Sebastião da Barra (MINAS GERAIS, 2016; IBGE, 2016).

3.1.3 Aspectos Demográficos

De acordo com o IBGE, estima-se que a população de Iapu em 2016 era de 10.917 pessoas e sua densidade demográfica de 30,29 habitantes por km² (ATLAS BRASIL, 2016; IBGE, 2016).

No período de 1991 a 2000, a taxa média anual de crescimento da população de Iapu foi de -0,91%, enquanto a de Minas Gerais foi de 1,43%. Entre 2000 e 2010, a população do município cresceu a uma taxa de 0,6%. Se comparada à taxa de crescimento populacional estadual para o mesmo período (0,91%), observa-se diferença pouco significativa (ATLAS BRASIL, 2016).

A taxa de urbanização do município, que era de 65,81%, em 2000, ascendeu em 10 anos, passando para 69,45%, em 2010. Valor mais elevado pode ser observado em Minas Gerais, uma vez que a taxa de urbanização para o mesmo período passou de 82% para 85,29% (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 2 Taxa de urbanização - Iapu e Minas Gerais (%)

		1991	2000	2010
Iapu	População urbana	54,32	65,81	69,45
	População rural	45,68	34,19	30,55
Minas Gerais	População urbana	74,87	82	85,29
	População rural	25,13	18	14,71

Fonte: Atlas Brasil, 2016

Identifica-se, assim, haver diferenças entre os valores atribuídos a Iapu e o estado, tanto naquilo que se refere à razão de dependência, quanto à taxa de envelhecimento.

3.1.4 Infraestrutura Viária, de Transportes e Comunicação

O principal acesso a Iapu se dá pela via terrestre.

Iapu é atendido pela BR-381, BR-116, BR-458 e MG-425, situando-se a 254 Km de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, e encontrando-se próximo a cidades como Ipatinga (40 Km) e Caratinga (53 Km). Estradas vicinais ligam o município a localidades rurais adjacentes e ao distrito de São Sebastião da Barra. O transporte intermunicipal é realizado principalmente pela empresa Viação Rio Doce (MINAS GERAIS, 2016; PRÁXIS, 2016).

Já o acesso ao meio ferroviário se dá no município de Ipatinga, que conta com estação ferroviária da Estrada de Ferro Vitória a Minas, enquanto o Aeroporto da USIMINAS, também em Ipatinga, constitui-se na opção mais próxima naquilo que se refere aos serviços aeroviários (PRÁXIS, 2016).

Sobre os meios de comunicação, verifica-se que Iapu conta com as empresas Claro, Oi, Tim e Vivo como a principal operadora de serviços de telefonia e internet móveis. O município possui duas rádios locais.

A Figura 6 a seguir aponta à localização e as principais vias de acesso ao município de Iapu.

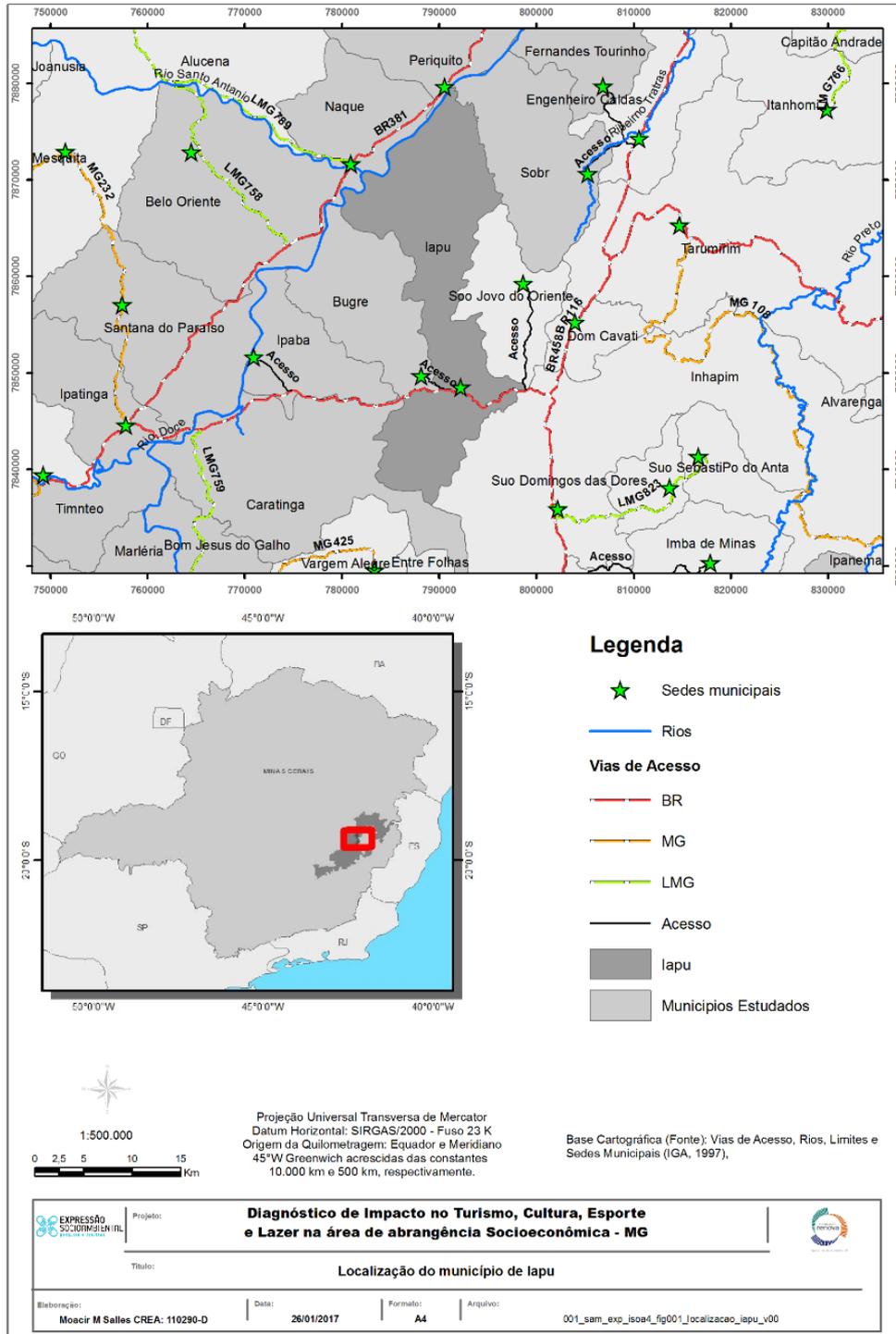


Figura 6 Mapa de localização de Iapu

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

3.1.5 Desenvolvimento Humano: IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi estabelecido com o objetivo de mensurar o desenvolvimento de municípios, estados e países a partir de critérios outros que não somente aqueles associados ao desenvolvimento econômico. Parte-se da ideia de que a melhoria das condições de vida deve ser analisada a partir de outros parâmetros que não somente a via econômica e que diferentes esferas da vida humana possuem interconexão direta entre si e influenciam o processo de desenvolvimento local. Nessa medida, o IDH abarca três importantes dimensões, a saber: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1, sendo nenhum desenvolvimento humano e desenvolvimento humano total, respectivamente. Nesta escala, valores de IDH até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano muito baixo, entre 0,500 e 0,599 são avaliados como baixo, entre 0,600 a 0,699 como médio, entre 0,700 e 0,799 alto e os com IDH maior que 0,800 são considerados desenvolvimento humano considerado muito alto.

Cabe ressaltar que no ano de 2010, a metodologia do IDH Global foi alterada, afetando, por sua vez, a composição do IDHM. Também foram realizadas mudanças no indicador para contemplar de maneira mais fidedigna o contexto das cidades brasileiras (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação ao IDHM de Iapu, observa-se uma evolução do indicador no período de 1991 a 2010. Houve aumento de 0,313 do IDHM total, 0,107 do IDHM longevidade, 0,126 no IDHM renda e 0,426 no IDHM educação (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 3 IDHM e seus componentes - Iapu e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010)

Localidade	IDHM			IDHM Longevidade			IDHM Renda			IDHM Educação		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Iapu	0,341	0,521	0,654	0,712	0,751	0,819	0,513	0,557	0,639	0,109	0,338	0,535
Minas Gerais	0,478	0,624	0,731	0,689	0,759	0,838	0,618	0,68	0,73	0,257	0,47	0,638

Fonte: Atlas Brasil, 2016

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Iapu foi de 0,654 em 2010, situando o município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699).

Observa-se que o aumento do IDHM do município foi impulsionado, ano a ano, por todos os componentes do índice. Cabe salientar, todavia, o salto quantitativo registrado nos indicadores da área de educação, que, de 1991 para 2010, passou de 0,109 para 0,535. O índice referente a longevidade merece destaque, tendo alcançado 0,819 pontos em 2010 e, portanto, posicionando-se próximo ao patamar verificado para o índice de Minas Gerais.

No entanto, observa-se que o IDHM de Iapu manteve-se constantemente abaixo do registrado para a média dos municípios mineiros.

3.1.6 Economia: Principais Atividades Econômicas

3.1.6.1 PIB Municipal e PIB Per Capta

O Produto Interno Bruto é o indicador mais comum para análise da macro estrutura econômica de determinado município, estado ou país, uma vez que representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos em um período determinado.

De acordo com os dados referentes a Iapu, é possível identificar que o PIB do município apresentou comportamento ascendente no período de 2011 a 2013, passando de 0,3%, entre 2010 e 2011, para 8,5%, entre 2011 e 2012. Já entre 2012 e 2013, verificou-se crescimento de 15,5% (PRÁXIS, 2016).

Em termos comparativos, nota-se que o PIB municipal registou taxa de crescimento médio anual de 8,1% no período 2011-2013, sendo esta significativamente superior à do estado de Minas Gerais, que registrou, no mesmo período, taxa de 5,4%. Portanto, o PIB de Iapu cresceu mais que a média de crescimento verificada para os municípios mineiros.

Tabela 4 PIB (1.000,00 R\$) - Iapu e Minas Gerais (2010 – 2013)

Localidade	2011		2012		2013	
	PIB	Δ%	PIB	Δ%	PIB	Δ%
Iapu	67.328	0,3	73.074	8,5	84.405	15,5
Minas Gerais	619.103	7,0	645.795	4,3	672.285	4,1

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2016

No tocante ao PIB *per capita*, destaca-se a sua baixa evolução no período, sendo de R\$6.500,84, em 2010, e R\$7.838,54, em 2013. Constata-se, assim, que o montante é inferior ao valor médio dos municípios de Minas Gerais (R\$ 23.646,2135) (PRÁXIS, 2016).

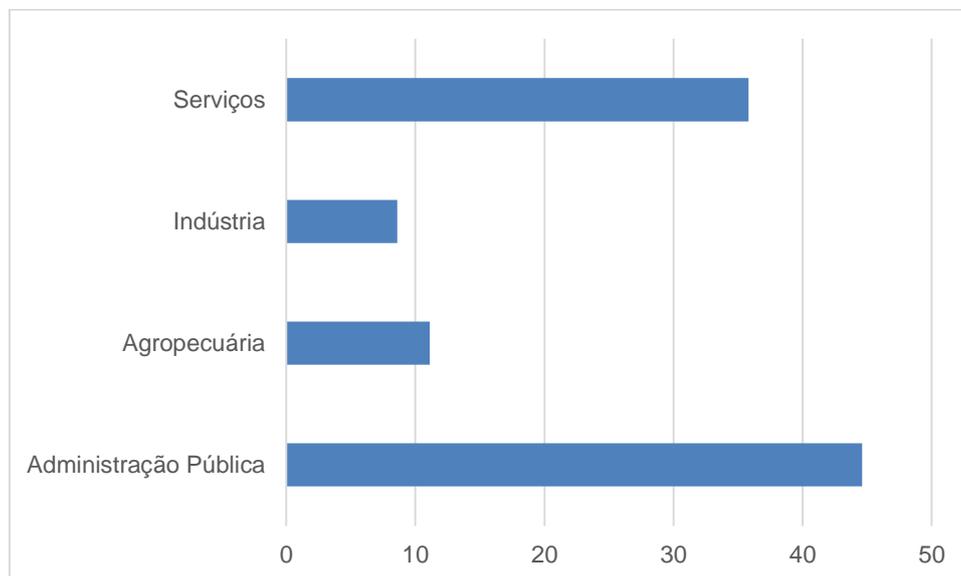
3.1.6.2 Valor Adicionado Bruto

A avaliação do Valor Adicionado Bruto permite a caracterização da base econômica do município de acordo com sua composição nos três setores da economia.

Entre as principais atividades econômicas do município de Iapu encontram-se a administração pública e o setor de serviços, cujos Valores Adicionados são 44,6% e 35,8%, respectivamente. Em Minas Gerais, esses valores correspondem a 9,9% e 37,9% (PRÁXIS, 2016).

Destacam-se, portanto, os valores registrados para a administração pública, verificando-se que, segundo dados do IBGE, cerca de 40% dos municípios brasileiros possuem suas economias fortemente condicionadas a esse tipo de serviço, o que analogamente sugere a forte dependência da dinâmica econômica local à máquina pública.

Figura 1 Valor Adicionado Bruto de Iapu



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2016

Outras atividades que se destacam na economia local são aquelas relacionadas à indústria e à agropecuária, sendo os valores correspondentes 8,6% e 11,1%, respectivamente. No estado, o Valor Adicionado Bruto do setor da indústria é de 46,4%, enquanto o da agropecuária corresponde a 5,8%. Observa-se, portanto, diferença significativa, tanto naquilo que se refere ao setor industrial, quanto ao agropecuário (PRÁXIS, 2016).

3.1.6.3 Emprego e Estabelecimentos

Em relação ao emprego e à ocupação, no ano de 2000, o município de Iapu possuía 3.379 habitantes com 10 ou mais anos de idade ocupados, na semana de referência, e 3.653 no ano de 2010, indicando tímido crescimento. Já em Minas Gerais, eram 7.153.508 pessoas empregadas, no ano 2000, e 9.264.527, em 2010, demonstrando um crescimento de 29% (SIDRA IBGE, 2016).

Tabela 5 Número de pessoas ocupadas na semana de referência (2000 e 2010)

Localidade	2000	2010
Iapu	3.379	3.653
Minas Gerais	5.058.328	6.806.149

Fonte: SIDRA IBGE, 2016

Em 2014, a agropecuária era responsável por 146 empregos em 68 estabelecimentos. A administração pública, por sua vez, empregava 156 pessoas em 2 estabelecimentos (DATAVIVA, 2016).

3.1.7 Legislação Urbanística Municipal

Naquilo que se refere à legislação urbanística, identificou-se que Iapu conta com Lei Orgânica, Lei Municipal nº 02, promulgada em 19 de novembro de 2010.

3.2 Análise Temática

Nesta seção serão procedidas análises acerca de aspectos que encerram os temas de turismo, cultura e esporte e lazer, de modo a compor diagnósticos temáticos relativos ao município de Iapu. Com efeito, abordam-se aspectos relativos ao desenvolvimento institucional do município segundo cada uma das referidas políticas públicas setoriais, bem como aos espaços, equipamentos, bens e serviços. No âmbito da cultura contemplam-se, ainda, as análises relativas a patrimônio cultural e memória e a manifestações, práticas, grupos e entidades culturais.

Salienta-se que o desenvolvimento institucional é aqui compreendido como a capacidade da administração pública municipal gerir de forma eficiente e eficaz as políticas públicas⁷. Considerado o objeto deste estudo, será examinado o desenvolvimento institucional de Iapu para desempenhar a gestão das políticas de turismo, cultura, esporte e lazer. Para proceder com tal exame serão tomados quatro aspectos, segundo os grandes temas: Estrutura de Gestão; Mecanismos de Participação Social; Políticas de Financiamento e Fomento; Programas, Projetos e Práticas desenvolvidos no município.

Na análise desses aspectos será observado se o município está desenvolvendo ações com vistas à estruturação das políticas de turismo, cultura e esporte e lazer, em perspectiva sistêmica – ou seja, se está envidando esforços no sentido de implementar os sistemas municipais, em alinhamento com as diretrizes dos Planos Nacionais das referidas políticas setoriais.

Já as análises dos espaços, equipamentos, bens e serviços relativos a cada tema se baseiam nos dados obtidos por meio do Inventário Turístico realizado pela Expressão Socioambiental em Iapu, entre os meses de novembro e dezembro de 2016. Informa-se, de imediato, que o referido Inventário possibilitou identificar em Iapu 58 bens, serviços e atrativos, conforme apresentado na Tabela 6, a seguir:

⁷ No inciso XIII do artigo 25 da Lei 8.666 (Lei de Licitações e Contratos) o desenvolvimento institucional é definido, no sentido geral, como a “oportunidade clara e precisa de transformação – mudança de processos, subprocessos, sistemas, subsistemas, comportamentos, arranjos institucionais e gerenciais normativos e não normativos, etc. – que tem a organização de evoluir de forma dinâmica com mais rapidez, eficiência e eficácia no cumprimento dos seus objetivos e finalidades”.

Tabela 6 Síntese do inventário de oferta turística – Iapu

Tipo de manifestação	Total inventariado
Equipamentos de apoio turístico	25
Equipamento de hospedagem	3
Serviço e equipamento de alimentos e bebidas	14
Transporte	1
Locais/templos de manifestação de fé	7
Serviços e equipamentos para eventos	0
Outro serviço e equipamento turístico	0
Equipamentos Culturais	11
Meios de Comunicação	5
Equipamentos Culturais	6
Equipamentos de Esporte e Lazer	7
Equipamentos de Esporte e Lazer	7
Atrativos	4
Atrativo natural	0
Atrativo cultural	4
Diversidade Cultural	11
Grupos Culturais	6
Calendário Cultural	5
Gastronomia	0
Total	58

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A seguir são detalhadas as principais características desses bens, serviços e atrativos existentes no município, apresentados, ainda, na Figura 7.



Figura 7 Mapa dos Bens Identificados em Iapu

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1 Turismo

3.2.1.1 Desenvolvimento Institucional

A Organização Mundial do Turismo – OMT define o turismo como “o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadias em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com fins de lazer, negócios e outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado” (OMT, 2011). Por ser uma atividade que engloba diversos setores da sociedade e que vem crescendo de maneira intensa, cada vez mais tem-se pensado em estabelecer diretrizes e critérios para que o turismo seja trabalhado de forma benéfica e sustentável. Diante disso, em 1999, criou-se o Código Mundial de Ética do Turismo, que tem como premissa o desenvolvimento do turismo com vistas à expansão econômica, paz e prosperidade internacionais e a observância dos direitos do homem e das liberdades fundamentais.

O desenvolvimento e planejamento de um produto turístico abrange aspectos além de um potencial atrativo turístico. Deve-se considerar o ambiente e as relações operacionais, de estrutura e de mercado que se estabelecem. Assim, os principais elementos que compõem um produto turístico são: atrativos turísticos; equipamentos e serviços turísticos; supra estrutura turística; e infraestrutura de apoio ao turismo.

Com o objetivo de organizar o turismo com base na otimização de gestão, planejamento e mercado, o Ministério do Turismo elencou segmentos turísticos que podem ser definidos a partir da identidade da oferta e das características da demanda. Cabe ao planejador identificar quais segmentos e esforços devem ser empreendidos para a criação da oferta de um produto turístico viável (BRASIL, 2007). Desse modo, observa-se a existência de tipos de turismo cuja identidade pode ser conferida pela existência, em um território, de:

- Atividades, práticas e tradições (agropecuária, pesca, esporte, manifestações culturais, manifestações de fé etc);

- Aspectos e características (geográficas, geológicas, históricas, arquitetônicas, urbanísticas, sociais etc.);
- Determinados serviços e infraestrutura (de saúde, de educação, de eventos, de hospedagem, de lazer, etc).

Exposto isso, pode-se afirmar que as características do segmento determinam a imagem e a identidade do destino. Contudo, esse perfil não significa que o produto turístico apresente apenas uma possibilidade, uma vez que dada localidade pode apresentar diversas possibilidades de desenvolvimento turístico. Ademais, novas denominações surgem em virtude da busca de experiências, tecnologias e inovações oriundas dos planejadores das atividades turísticas e dos interesses dos visitantes.

Ao pensar o turismo como um dos segmentos econômicos que mais cresce atualmente e que movimentou, só em 2015, 1.075,04 bilhões de dólares em todo o mundo, pode-se entender que os processos turísticos possuem duas etapas principais: a transformação de recursos em produtos, quando o turista já encontra nele toda a condição necessária; e a transformação dos produtos em ofertas acessíveis ao mercado, divulgando-o de forma adequada. A partir disso, o mercado responde comprando e consolidando o destino como turístico (OMT, 2016).

3.2.1.1.1 Estrutura de Gestão

As diretrizes nacionais sobre o setor de turismo dispõem que os municípios demandam um aparato institucional para constituir seu sistema de turismo, dispondo de órgão específico para o setor, sendo eles: Conselho, Fundo e Plano de turismo. Ademais, preconiza-se a participação do Programa de Regionalização e do ICMS turístico, este último prerrogativa específica do estado de Minas Gerais. De acordo com o indicador “Organização Turística do Município⁸”, integrante do Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS, oferece

8 O indicador “Organização Turística do Município” busca aferir a participação da prefeitura na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo. Pontuação é dada pela participação no programa estadual de

subsídios para a avaliação da participação do governo municipal na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo. “Iapu, em 2012, estava entre os 207 municípios do estado que não implementaram ações voltadas para o desenvolvimento do turismo local. Em 2009, quando o critério “Turismo” foi inserido no rol de critérios da Lei nº 18.030/2009, Iapu não estava entre os 44 municípios de Minas que adotavam políticas públicas de turismo para a promoção de seu desenvolvimento econômico, social e cultural” (FJP, 2013).

Atualmente, a gestão da política municipal de turismo é atribuição da Secretaria Municipal de Turismo. Todavia, o referido órgão atua sem o Plano Municipal de Turismo, a principal ferramenta de planejamento para o desenvolvimento da política em questão.

Segundo a SETUR/MG (2014), o PMT é “o instrumento de planejamento, elaborado em conjunto com o COMTUR que será o elo entre a política estabelecida e a ação de fato”. De modo geral, o PMT possui horizonte de planejamento plurianual, normalmente de quatro anos, devendo ser reelaborado com base em mudanças no cenário socioeconômico e cultural do município, a fim de definir adequadas estratégias para a implementação da Política Municipal de Turismo.

Ainda segundo a SETUR/MG (2014), o PMT possibilita ao município:

- Promover a integração e a participação da comunidade no planejamento turístico;
- Estruturar e ordenar o turismo local e regional;
- Fomentar a produção turística, a fim de conceber uma oferta qualificada;
- Qualificar e capacitar os produtos turísticos do município e da região;
- Promover o município como destino qualificado.

regionalização do turismo; existência de uma política municipal de turismo; existência e funcionamento regular do Fundo Municipal de Turismo, sendo atribuído 1 ponto para os municípios que atendem aos três requisitos e 0 para os que estão nas demais situações (FJP, 2013).

3.2.1.1.2 Mecanismos de Participação

O município não possui Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, o principal mecanismo de participação e controle social da política pública de turismo no âmbito municipal. Segundo a SETUR/MG (2014), o COMTUR é “capaz de promover a descentralização administrativa, constituindo um espaço de vivência e de construção contínua da democracia, essencial para uma gestão participativa. Neste sentido, os conselhos permitem que a comunidade contribua, participe e fiscalize as ações do governo de forma legítima”.

3.2.1.1.3 Financiamento e Fomento

A Fundação João Pinheiro mediu o esforço orçamentário dos municípios mineiros por meio do indicador “Esforço Orçamentário em Turismo⁹”. Os gastos orçamentários de lapu na subfunção turismo, conforme indicado nas prestações de contas anuais, representaram 0% do total do orçamento municipal em 2013, mesmo percentual registrado em 2009 (FJP, 2013).

Nesse sentido, observa-se que o município não possui Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR, de dotação orçamentária específica para o setor ou de legislação de incentivo ao turismo, instrumentos fundamentais para o desenvolvimento desta política.

9 O indicador “Esforço Orçamentário em Turismo” mostra a participação percentual dos gastos orçamentários dos municípios, apresentados em sua prestação de contas anuais, na subfunção Turismo nos gastos totais. O aumento do recurso aplicado na atividade significa maior disponibilidade de recursos para ser investido em ações, programas e projetos e podem contribuir, portanto, para ampliar os esforços empreendidos pelo governo municipal na consolidação do turismo como fator de desenvolvimento sustentável, de distribuição de renda, de geração de emprego e de conservação do patrimônio natural, cultural e turismo.

3.2.1.1.4 Programas, Projetos e Práticas

Iapu não participa do Programa Nacional de Regionalização e, conseqüentemente, não integra a política estadual dos Circuitos Turísticos (CTs), principal instrumento de gestão estadual por meio do qual os municípios podem se inserir na regionalização do turismo.

O município também não participa do ICMS Turístico, política estadual de turismo, que confere repasse financeiro mensal aos municípios mineiros, além de estimular a formatação/implantação, por parte dos mesmos, de programas e projetos voltados para o desenvolvimento turístico sustentável.

3.2.1.2 Espaços/Equipamentos de Apoio Turístico

O município de Iapu não possuía Inventário de Oferta Turística quando da realização da pesquisa de campo, nos meses de novembro e dezembro de 2016.

3.2.1.2.1 Meios de Hospedagem

Os meios de hospedagem são definidos nos manuais do INVTUR como “serviços remunerados prestados por estabelecimentos que oferecem alojamento e serviços necessários ao conforto do hóspede, como recepção, guarda de bagagem, conservação, manutenção, arrumação e limpeza das áreas, instalações e equipamentos, etc.”. Com base em tal definição, foram inventariados três meios de hospedagem. Somada a infraestrutura de todos os meios de hospedagem inventariados, Iapu possui 57 unidades habitacionais e 129 leitos.

A seguir apresentam-se os meios de hospedagem inventariados em Iapu.

- Hotel Nossa Senhora Aparecida;
- Hotel Iapu;
- Iapu Country Club.

Tabela 7 Meios de Hospedagem

Hotel Nossa Senhora Aparecida	Hotel Iapu	Iapu Contry Club
		

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.2 Equipamentos de Alimentos e Bebidas

Foram inventariados 14 estabelecimentos no segmento de alimentos e bebidas que prestam serviços remunerados. São eles:

- Recanto do Açaí;
- Du'Borog;
- Pamil Padaria e Confeitaria;
- Drinks Bar;
- Lanchonete e Restaurante Posto Bonfim;
- Barzinho do Tião;
- Sorveteria e Lanchonete Top Sabores;
- Sabor da Empada;
- Restaurante Sabor & Família;
- Soverteria Gelo Bom;
- Panificadora e Lanchonete Bela Vista;
- Restaurante Sabor de Minas;



- Sorveteria Boachá;
- Vereda Tropical.

Tabela 8 Equipamentos de Alimentos e Bebidas

Recanto do Açaí



Du'Borog



Pamil Padaria e Confeitaria



Drinks Bar





Lanchonete e Restaurante



Postos Bonfim e Barzinho do Tião.



Sorveteria e Lanchonete Top Sabores



Sabor da Empada





Restaurante Sabor



Família e Sorveteria Gelo Bom.



Padaria e Confeitaria Bela Vista



Bar e Restaurante Sabor de Minas.





Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.3 Serviços de Transporte

Não foram identificadas, por meio da pesquisa de campo realizada em 2016, empresas que prestam serviço de agenciamento turístico. Todavia, inventariou-se um ponto de táxi na Praça Higino Fernandes no segmento de serviços e empresas de transportes.



Figura 8 Ponto de Táxi Praça Higino Fernandes

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.4 Espaço para Eventos

Durante o levantamento de campo, não foram identificados espaços e equipamentos para a realização de congressos, convenções, exposição, feiras, shows ou outros serviços, utilizados por visitantes para fins turísticos, ainda que este não seja seu objetivo principal.

3.2.1.2.5 Locais e Templos de Fé/Edificações

O levantamento de campo permitiu inventariar oito locais e templos de fé, a saber:

- Igreja Evangélica Pentecostal O Brasil Para Cristo;
- Igreja Sagrado Coração de Jesus;
- Paróquia de Santo Estevão de Iapu;
- Igreja Batista Missionária;
- Primeira Igreja Batista em Iapu;
- Igreja Santos Anjos da Guarda;
- Igreja Presbiteriana;
- Capela Sagrado Coração de Jesus;
- Centro de Evangelização.

Tabela 9 Locais e Templos de Fé





Paróquia de Santo Estevão de Iapu



Igreja Batista Missionária



1ª Igreja Batista de Iapu



Igreja Santos Anjos da Guarda



Igreja Presbiteriana



Capela Sagrado Coração de Jesus



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Cabe ressaltar que esses locais e templos de fé são identificados no âmbito do Inventário Turístico, uma vez que podem ser considerados como atrativos turísticos. Assim, ao serem organizados e definidos a partir de elementos culturais, materiais e imateriais, passam a atrair fluxos turísticos.

Do ponto de vista do diagnóstico cultural, sendo ou não considerados bens patrimoniais, sendo ou não protegidos pelo município, pelo estado ou pela União, esses templos são importantes lugares de práticas culturais e de construção de identidades coletivas, pelo viés da diversidade religiosa, no município de Iapu. Também abrigam importantes elementos arquitetônicos e históricos de caráter artístico, estilístico, ritualístico e religioso, de forte simbologia para a comunidade de fiéis, a exemplo de telas, imaginária, indumentárias, decorações, mobiliário e objetos de culto.

3.2.1.2.6 Atrativos Naturais

Durante o trabalho de campo realizado em Iapu, não identificou-se atrativos naturais que possam ser utilizados para fins turísticos, esportivos e/ou de lazer.

3.2.2 Cultura

3.2.2.1 Desenvolvimento Institucional

A política cultural no Brasil, com seu atual formato de institucionalização, teve suas bases lançadas em meados da década de 1980, com a criação do Ministério da Cultura e da Lei Sarney, no primeiro momento, e da Lei Rouanet, já nos anos 1990. Após cerca de 20 anos, iniciou-se, em 2003, a reestruturação do papel do Estado e da política cultural no país, que, capitaneada pelo Ministério da Cultura, culminou na implantação do Sistema Nacional de Cultura - SNC.

O Sistema Nacional de Cultura constitui-se em um processo no qual se articulam vários agentes, em inúmeras instâncias da federação, bem como diversas políticas e programas. O objetivo final é a formulação e a implantação de políticas públicas de cultura de longo prazo, discutidas e pactuadas com a sociedade civil, artistas, grupos culturais e movimentos como um todo.

O principal objetivo do SNC é fortalecer institucionalmente as políticas culturais da União, Estados e Municípios, com a participação da sociedade, considerando que, ainda hoje, as políticas para a cultura continuam ocupando posição periférica na agenda da maioria dos governos, além de serem conduzidas de forma pouco profissional. Parte desse problema está na indefinição a respeito do papel do poder público (Estado) na vida cultural.

Dessa forma, o SNC propõe articular os governos federal, estaduais e municipais e a sociedade civil organizada, através de conselhos, conferências e fóruns, para a promoção de políticas e ações culturais integradas. Para se efetivar, a nova proposta pressupõe e depende de uma articulação entre as diversas esferas de governo na implantação da política pública.

Aos municípios compete: criar condições de natureza legal, administrativa, participativa e orçamentária para sua integração ao SNC; assinar o termo de cooperação para adesão ao SNC; consolidar o Plano Municipal de Cultura; criar e implantar, ou manter e assegurar, o funcionamento do conselho municipal de política cultural; criar e implantar, ou manter e assegurar, o Fundo Municipal de Cultura; realizar a conferência municipal de cultura

previamente à conferência estadual e nacional; apoiar a realização das conferências nacional e estadual de Cultura; compartilhar recursos para a execução de ações, programas e projetos culturais no âmbito do SNC; compartilhar informações junto ao Sistema Nacional de Informações Culturais disponibilizado pela União; implantar e regulamentar as normas específicas locais dos sistemas setoriais de cultura; cumprir as metas e prazos definidos no planejamento estratégico do SNC.

Enfrentando um processo lento e de longo prazo, além de dificuldades de ordem legal (aprovação de leis e emendas no Congresso Nacional) e política para a sua instauração, até o momento o SNC não atingiu a maioria dos municípios brasileiros. Entretanto, o Sistema tem mostrado ampliação de sua capilaridade em todo o país.

A figura abaixo traz o desenho do Sistema, com seus elementos componentes.

Figura 9 Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura



Fonte: MINC / SNC - Guia de orientação aos municípios, 2012

É nesse contexto que se apresenta, a seguir, informações sobre a política cultural no município de Iapu, buscando-se avaliar os seguintes elementos: estrutura de gestão; legislação e fontes de financiamento; mecanismos de controle e participação social; espaços

e equipamentos; diversidade cultural; calendário de eventos; e política de preservação do patrimônio cultural.

3.2.2.1.1 Estrutura de Gestão

A gestão da política pública de cultura em Iapu é atribuição da Secretaria Municipal de Esporte, Turismo e Cultura, órgão que, como se nota, acumula entre as suas funções a gestão de distintas políticas setoriais.

É importante destacar que, conforme o Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS¹⁰, da Fundação João Pinheiro, a existência ou não de um órgão gestor da cultura e a sua caracterização é um indicador do grau de importância que o setor cultural tem para a administração municipal. O órgão gestor de cultura tem por finalidade formular e implementar uma política pública de cultura, articulando ações conjuntas entre os vários atores que atuam no campo cultural.

Em entrevistas realizadas no município pela Expressão Socioambiental, em 2016, foi informado que Iapu havia aderido ao Sistema Nacional de Cultura. Porém, os dados oficiais do Ministério da Cultura, datados de setembro de 2016, indicam o contrário: Iapu ainda não assinou o Acordo de Cooperação Federativa com a União, que visa estabelecer as condições e orientar a instrumentalização necessária ao desenvolvimento do SNC, com implementação coordenada e/ou conjunta de programas, projetos e ações, no âmbito da competência municipal.

Desse modo, verifica-se que, até o período do levantamento de dados em campo, o município não havia instituído o Sistema Municipal de Cultura ou elaborado o Plano Municipal de Cultura.

10 O IMRS deriva da construção de uma ampla base de dados a fim de atender as várias dimensões correspondentes aos princípios dispostos na Lei 15011/2004, segundo a qual “A responsabilidade social na gestão pública estadual consiste na implementação, pela administração pública, de políticas, planos, programas, projetos e ações que assegurem o acesso da população à assistência social, à educação, aos serviços de saúde, ao emprego, à alimentação de qualidade, à segurança pública, à habitação, ao saneamento, ao transporte, ao lazer...”

Realça-se, também, que o município não possui política estruturada e continuada na área cultural. A partir da análise dos dados constantes da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura 2014¹¹ do IBGE, pode-se perceber que são realizadas ações pontuais, em especial a realização de eventos e festas em datas comemorativas, oferta de transporte ou apoio aos grupos culturais locais.

3.2.2.1.2 Mecanismos de Participação

No que se refere à participação da sociedade civil na política cultural, os dados levantados na pesquisa de campo indicam que Iapu não possui Conselho Municipal de Cultura.

Ainda não foi realizada nenhuma Conferência Municipal de Cultura e o município tampouco participou de conferências estaduais ou nacionais.

Quanto ao Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, verifica-se que este é de caráter deliberativo, tendo sido criado pela Lei nº 1.315/2005. Com membros designados e reconduzidos através da Portaria nº 004, de 05 de janeiro de 2015, a representação do Conselho é majoritária da sociedade civil.

3.2.2.1.3 Financiamento e Fomento

As ações desenvolvidas pela municipalidade são custeadas com recursos orçamentários próprios ou através de recursos obtidos em parceria com o governo estadual.

¹¹ A Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura, realizada pelo IBGE em 2014 nas 27 unidades da Federação e nos 5.570 municípios fornece informações sobre a existência de equipamentos culturais, meios de comunicação, atividades artísticas e artesanais e pontos de cultura; gestão da Política de Cultura; infraestrutura para o cumprimento da função e capacitação de servidores; legislação relacionada ao tema; instâncias de participação; além de existência e funcionamento de Fundos de Cultura, entre outros aspectos. Seus resultados são divulgados em conjunto com a Pesquisa De Informações Básicas Estaduais – ESTADIC.

Os recursos do orçamento municipal destinados à cultura estão expressos na tabela a seguir, segundo a função e o tipo de despesa, nos anos de 2014 e 2015, de acordo com o portal Fiscalizando com o TCE Minas Transparente¹².

Tabela 10 Orçamento municipal – despesas realizadas segundo a função Cultura– Iapu (2014 e 2015)

Item / descritivo	Ano	
	2014	2015
Despesa total Prefeitura (valor atualizado)	22.387.424,88	25.158.766,00
Despesa total Prefeitura (valor executado e liquidado)	18.030.017,85	17.912.820,17
Despesa total com a função Cultura (valor executado e liquidado)	232.281,48	172.888,34
Manutenção do Serviço de Cultura	16.028,00	-
Manutenção das atividades culturais	-	8.190,00
Manutenção de festividades tradicionais e populares	216.253,48	40.733,34
Fundo de Proteção ao Patrimônio Cultural	-	123.965,00

Fonte: Portal Fiscalizando com o TCE Minas Transparente, 2016

Observa-se queda nas despesas executadas pela prefeitura entre os dois anos em análise (2014 e 2015, além de redução nos valores gastos na função Cultura. Em 2014, o

¹² Portal do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Fiscalizando com o TCE Minas Transparente. “Os Municípios encaminham as informações municipais sobre a execução de seus orçamentos e têm até o último dia útil de março do ano subsequente para o envio da prestação de contas anual. Após essa data o TCEMG tem 360 dias para emitir o parecer prévio”.

investimento no setor correspondeu a 1,2% do orçamento municipal anual executado, ao passo que em 2015 ficou em torno de 0,96% do total das despesas liquidadas. É preciso realçar a mudança dos itens de despesas entre os dois anos analisados, bem como uma forma diferente de distribuir os recursos entre elas.

Em 2014, vê-se que 93% dos recursos foram destinados ao pagamento de estrutura, logística e cachês para shows em eventos, no subitem Manutenção de festividades tradicionais e populares. Já no orçamento de 2015 foi reduzida a proporção aplicada na manutenção das festividades tradicionais e populares (23% do total da cultura), mas acrescentado o subitem FUMPAC – Fundo de Proteção ao Patrimônio Cultural, para onde foram destinados 71,7% dos recursos. Entretanto, ao se desmembrar as despesas e verificar os objetos de cada contratação, vê-se que os recursos do FUMPAC também foram destinados ao pagamento de estrutura e cachês para as festas e eventos do município.

É fundamental destacar que tem sido comum encontrar nos municípios do interior do estado a destinação da maior parte dos recursos da cultura para a promoção de festas e eventos, muitas vezes focados apenas na realização de grandes shows, com pagamento de cachês expressivos a artistas de renome nacional.

Tal perfil pode ser considerado desfavorável dentro dos conceitos da atual política cultural e dentro das prioridades do Sistema Nacional de Cultura, considerando que se restringe à realização de grandes eventos de massa e subtrai a possibilidade de realização de atividades voltadas para a valorização das culturas locais e populares, o incentivo à diversidade cultural, a manutenção e apoio a grupos e artistas locais, a formação artística e cultural, a restauração e proteção do patrimônio material e imaterial, entre outras.

O município de Iapu tem participado da política estadual de ICMS Patrimônio Cultural¹³, promovida pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais -

13 O ICMS Patrimônio Cultural foi criado pela Lei nº 12.040/95, atual Lei nº 13.803, que atribuiu ao Iepha/MG a responsabilidade pela elaboração e implementação dos critérios para o repasse dos recursos aos municípios. Como base para a pontuação o município deve enviar ao Iepha documentação anual comprovando a existência e o funcionamento de lei municipal de proteção do patrimônio cultural, lei de criação de conselho municipal de patrimônio (regimento interno e

IEPHA, iniciativa fundamental para o estabelecimento de uma política de preservação do patrimônio cultural adequada a cada localidade. Nesse quesito, conforme pode ser visto nas tabelas abaixo, lapu apresentou resultados variáveis e desiguais em termos de pontuação e de valores repassados, com elevação no último exercício, o que gera perspectivas de aumento dos valores repassados no exercício 2017.

Tabela 11 Pontuação no ICMS Patrimônio Cultural – lapu (2013-2017)

Município	ICMS exercício 2013	ICMS exercício 2015	ICMS exercício 2017
lapu	3,50	1,95	5,29

Fonte: IEPHA, 2016

Tabela 12 Valores repassados para o município segundo o critério Patrimônio Cultural – lapu (2014-2016)

Município	Valor ICMS 2014	Valor ICMS 2015	Valor ICMS 2016*
lapu	84.794,24	39.566,45	85.243,71

Fonte: FJP, 2016

*O valor de 2016 não contém o valor repassado no mês de dezembro.

lapu apresenta o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural – FUMPAC, criado através da Lei nº 1.459/2013, sob gestão do órgão de cultura e sujeito à supervisão e normas editada pelo Conselho Municipal Deliberativo de Patrimônio Cultural.

atas), órgão de patrimônio, realização de projeto de educação patrimonial, inventário de proteção do acervo cultural, iniciativas de tombamento e de proteção a bens culturais.

3.2.2.2 Espaços e Equipamentos Culturais

A infraestrutura cultural do município se expressa pelos equipamentos e demais espaços públicos favoráveis à produção, difusão e fruição da cultura.

Dados do IMRS de 2013 revelam que Iapu, juntamente com 72,6% dos municípios de Minas Gerais, não apresentava pluralidade de equipamentos culturais.

Como o município de Iapu não tinha sido objeto de Inventário de Oferta Turística – INVTUR, foi necessário coletar dados de base para o início de uma inventariação cultural. Desse modo, os espaços e equipamentos culturais identificados nas pesquisas de campo, realizadas pela Expressão Socioambiental, em 2016, abrigam os principais eventos e manifestações da cultura local

3.2.2.2.1 Museus, Galerias e demais Espaços Expositivos

Iapu não dispõe de espaços adequados à difusão e à fruição de manifestações artísticas, como museus, galerias, teatros, salas de espetáculo ou cinemas, necessários para abrigar produções locais e externas. As manifestações culturais são, em sua maioria, de cunho popular e se desenvolvem em praças e demais logradouros públicos.

3.2.2.2.2 Arquivo Público/Documentação/Biblioteca

À exceção da Biblioteca Municipal Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, o município não dispõe de espaços apropriados para consulta e fruição da memória social e da história do lugar, que promovam a preservação e a valorização do patrimônio local, tais como arquivos públicos. A biblioteca, por sua vez, possui área de 115m² e um acervo de 2 a 3 mil livros, se encontrando em bom estado de conservação,.



Figura 10 Biblioteca Pública Municipal Marechal Humberto Castelo Branco

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.2.2.3 Atrativos Culturais

Foram inventariados três atrativos culturais, organizados e definidos a partir de elementos culturais materiais e imateriais. São eles:

- Instituições Culturais: Biblioteca Municipal Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco;
- Obras de Arte: Cristo;
- Instituições Culturais: Academia de Capoeira Escola de Mestres - Mestre Renato.

Tabela 13 Atrativos culturais

Biblioteca Municipal Marechal Humberto Castelo Branco	Cristo	Academia de Capoeira Escola de Mestres - Mestre Renato
		

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.2.3 Manifestações, Práticas, Grupos, Coletivos e Entidades Culturais

As informações disponíveis na Pesquisa de Informações Básicas Municipais, Módulo Cultura, do IBGE 2014 – MUNIC apontam que estão presentes em Iapu as atividades da capoeira, banda de música, manifestações populares e artesanato. Em relação a este último, destaca-se o bordado.

Segundo apurado nas entrevistas de campo, os principais grupos culturais em atividade são a Banda Municipal Santo Estevão de Iapu, criada em 2007, e o Grupo de Capoeira. Outras manifestações populares realizadas no município são a Folia de São Sebastião, a Folia do Divino, a Folia de Reis e a Folia de São Pedro.

Na música, foram destacados os cantores Marco Tulio e Mateus, Jackson Melo e o grupo Malucos do Forró.



Figura 11 Apresentação do grupo de Capoeira durante a Feirart

Fonte: <http://minas.gerais.info/wp-content/uploads/2015/05/lapu-FEIRART.jpg>

Na área da formação artística e cultural foi mencionada a atuação do Núcleo de Educação Integral, que oferece atividades nas áreas de capoeira (Academia de Capoeira Escola de Mestres), teatro e música para os jovens. Segundo informado, a capoeira é a oficina mais antiga e é oferecida por Mestre Renato há mais de 20 anos.

Na gastronomia, o prato típico da culinária mineira, o feijão tropeiro, é muito apreciado, especialmente durante o evento da Feira da Paz.

3.2.2.4 Calendário Cultural

As principais festas do calendário cultural de Iapu são:

- Janeiro: Festa de São Sebastião, no distrito de São Sebastião da Barra;
- Maio: coroações e comemorações do mês de Maria;
- Junho: festas juninas, quadrilhas e Feira do Produtor Rural;
- Agosto: Feira da Paz, já em sua 15ª Edição, com shows, concurso Garota Feira da Paz e barraquinhas;
- Outubro: Cavalgada de Nossa Senhora Aparecida;
- Novembro: FEIRART, com apresentações dos grupos locais;
- Dezembro: festa do padroeiro Santo Estêvão, no dia 26.



Figura 12 Shows e concurso na Feira da Paz 2015

Fonte: Iapu (Facebook), 2016

Além das datas de comemoração anual, há vários eventos não regulares ao longo do ano, tais como feiras, apresentações musicais e entrega de obras e serviços pela prefeitura, a exemplo das apresentadas a seguir.



Figura 13 Cartazes anunciando shows em feiras e em eventos da prefeitura

Fonte: Iapu (Facebook), 2016

3.2.2.5 Patrimônio Cultural e Memória

lapu conta com a Gerência de Patrimônio Cultural, vinculada à Secretaria Municipal de Esporte, Turismo e Cultura, para executar a política de preservação do patrimônio cultural.

No município, a Lei nº 1.315/2005 estabeleceu a proteção ao patrimônio cultural municipal e criou o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, de caráter deliberativo, com três representantes do poder público e quatro da sociedade civil. O IMRS considera a legislação de proteção do patrimônio material e imaterial um diferencial na gestão cultural dos municípios, além de constituir um passo importante para a implementação da política pública de proteção do patrimônio cultural.

Em consonância com a Constituição Federal de 1988, a supracitada legislação municipal define, em seu Artigo 1º: “Ficam sob especial proteção do Poder Público os bens culturais de propriedade pública ou particular existentes no Município, que dotados de valor cultural, estético, etnográfico, filosófico, histórico, artístico, científico, arqueológico ou paisagístico, justifiquem o interesse público em sua preservação”.

Em seu Artigo 2º, a referida lei instituiu os institutos do Registro e do Tombamento, nos seguintes termos: “A especial proteção do Poder Público Municipal se manifestará, dentre outros instrumentos, sob a forma de tombamento aprovado pelo Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, cuja inscrição será feita no livro do Tombo”.

Como já mencionado, o município possui Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural – FUMPAC, criado através da Lei nº 1.459/2013, sob gestão do órgão gestor da cultura. Assim, conforme o IMRS, em 2013, o município de lapu, tal como 85,8% dos municípios de Minas Gerais, já dispunha de lei de proteção do patrimônio cultural e seu respectivo Fundo.

As principais fontes de recursos do FUMPAC são provenientes de dotação orçamentária própria da prefeitura e da cota-parte do ICMS Patrimônio Cultural. No Programa de Aplicação dos Recursos do Fundo para 2015, foram previstas despesas com contratação de trabalho técnico para o ICMS Cultural, despesas com manutenção das atividades do órgão de cultura, com a Jornada Mineira do Patrimônio Cultural, com o Projeto Educar e com a celebração da Feira da Paz, esta última responsável por 65% dos recursos previstos.

Os bens patrimoniais protegidos pelo município, por tombamento ou registro são:

- Igreja Matriz de Santo Estevão: bem imóvel tombado em âmbito municipal através do Decreto Executivo nº 153/2006. Foi apresentado ao IEPHA para o exercício 2007 e aceito para efeitos de pontuação no ICMS Patrimônio Cultural;
- Imagem de Santo Estevão: situada na categoria Bens Móveis/Bens Móveis Integrados. Foi tombada em âmbito municipal em 2007, segundo documentação do ICMS Patrimônio Cultural, exercício 2017.



Figura 14 Face de Santo Estevão. Foto: Leonardo de Souza Caetano 11/2015

Fonte: IEPHA, 2016

- Feira da Paz: registrada como bem patrimonial de natureza imaterial do campo das celebrações, é considerada espaço de memórias individuais e coletivas da comunidade. Possui relevância sociológica para a população e sua proteção se deu a partir do Decreto Executivo nº 027/2015, tendo sido apresentada no último exercício para efeitos de pontuação;
- Capela do Padre Francisco Weber: bem imóvel tombado em âmbito municipal através do Decreto Executivo nº 019/2013. Foi apresentada no último exercício para efeitos de pontuação.

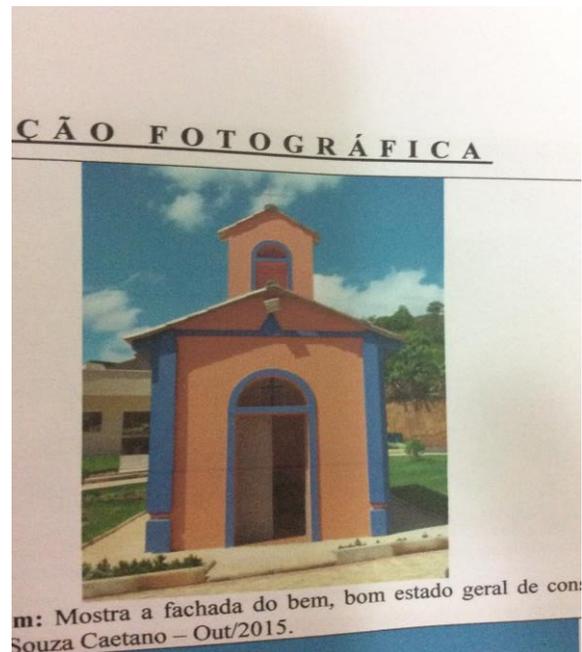


Figura 15 Capela do Padre Francisco Weber. Foto: Leonardo de Souza Caetano 10/2015

Fonte: IEPHA, 2016.

Os bens imateriais inventariados foram apresentados ao IEPHA no exercício 2009. Tais bens pertencem à categoria Celebrações e Ritos:

- Celebrações de Santo Estevão;
- Festa de São Pedro;
- Festa de São Sebastião;
- Festa do Mês de Maria;
- Folia de Reis;
- Folia do Divino.

Não foi identificado em IAPU nenhum bem tombado em esfera estadual ou federal.

3.2.2.6 Educação Patrimonial

O município de Iapu participou da Jornada Mineira do Patrimônio Cultural de 2015, com a promoção de palestra sobre o patrimônio cultural local, seguida de apresentações culturais de dança e feira gastronômica.



Figura 16 Palestra na Jornada do Patrimônio Cultural, 2015. Foto: Sandra Gomes

Fonte: IEPHA, 2016

Iapu desenvolve o projeto de educação patrimonial EDUCAR na rede municipal de ensino, em conformidade com as orientações da Deliberação Normativa do CONEP 02/2012, cujo objetivo é favorecer o conhecimento do patrimônio cultural da cidade conscientizando os alunos quanto à cidadania, à identidade cultural e à memória. A metodologia proposta pelo IEPHA consiste no desenvolvimento de aulas, palestras, debates, pesquisas, entrevistas, redações, maquete, visita guiada ao bem cultural escolhido e feira cultural.

Em 2015, o projeto foi desenvolvido pela Escola Municipal Jair Fernandes de Melo, que explorou o bem cultural Igreja Matriz de Santo Estevão.

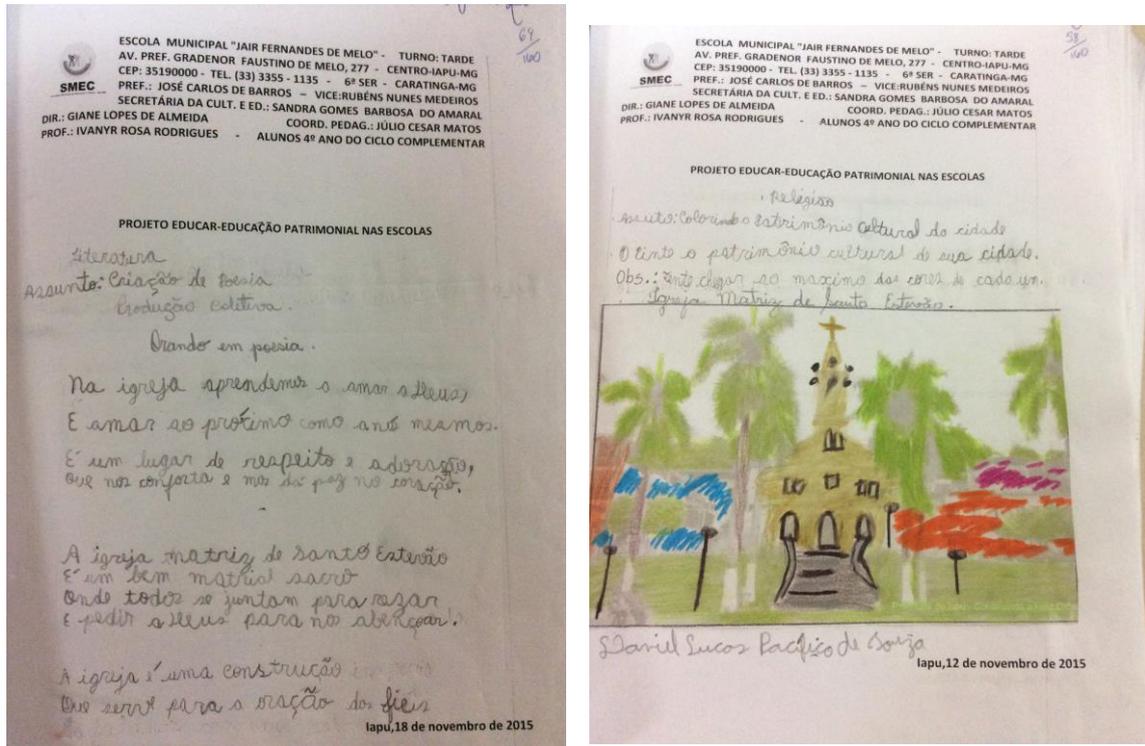


Figura 17 Atividade Projeto Educar - Educação Patrimonial

Fonte: IEPHA, 2016

3.2.3 Esporte e Lazer

3.2.3.1 Desenvolvimento Institucional

No Brasil, o esporte passou a ser foco da administração pública na década de 1940, tendo como impulsionador o conjunto de manuais instituídos pelo exército. Já em 1941, por meio do Decreto Lei nº 199, a organização do esporte profissional foi atribuída ao Conselho Nacional do Desporto – CND, passando, somente em 2003, para a tutela do Ministério do Esporte (NOLASCO et al, 2005).

No ano de 2015, o Senado Federal abrigou comissão de juristas com o objetivo de elaborar legislação geral para o desporto no país, de modo a sistematizar e atualizar normas já

existentes. Ainda em 2015, constituiu-se a Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto para a regulamentação das políticas nacionais do setor.

O Ministério do Esporte é responsável pela formulação da Política Nacional de Esporte, direcionando atividades, programas e ações nas três esferas: municípios, estados e União. Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o Ministério trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano (BRASIL, 2016). Assim, para a construção da Política Nacional do Esporte foi utilizado, como principal ferramenta, o Plano de Desenvolvimento do Esporte, de 1999.

Já a Secretaria de Estado de Esportes é órgão estadual pertencente ao governo de Minas Gerais. Sua missão é “propor e coordenar políticas públicas efetivas voltadas à promoção do esporte e da atividade física, promovendo integração social e qualidade de vida” (MINAS GERAIS, 2016). Os programas desenvolvidos pelo órgão visam a estimular o esporte mineiro e a prática de atividades físicas e de lazer, de modo a contribuir para a qualidade de vida da população, o desenvolvimento de hábitos saudáveis e o fortalecimento da imagem de Minas no cenário esportivo (MINAS GERAIS, 2016).

No nível municipal, por sua vez, observa-se que o setor deve ser orientado com base nas seguintes prioridades: elaborar Política Municipal de Esporte e Plano Municipal de Esporte; desenvolver atividades esportivas no âmbito da educação municipal, tendo como base a concepção da formação cidadã e eventual inserção profissional em práticas esportivas; dotação orçamentária específica; promoção de eventos e projetos esportivos; elaboração de legislação voltada para políticas públicas ligadas às práticas esportivas, seus espaços e equipamentos; e refletir na política pública a inclusividade no esporte (TUBINO, 2001). Ademais, um modelo participativo de gestão municipal demanda, ao menos, a existência de órgão executivo, mecanismos de participação e de controle social, bem como fundo setorial.

É nesse contexto que se apresenta, a seguir, informações sobre a política esportiva e de lazer desenvolvida no município de Iapu, considerando os seguintes elementos: estrutura de gestão; mecanismo de participação social; financiamento e fomento; programas, projetos e práticas; espaços/equipamentos esporte e lazer.

3.2.3.1.1 Estrutura de Gestão

A gestão da política de esporte e lazer no município de Iapu é uma atribuição da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo.

No levantamento de dados em campo, por meio de entrevista realizada com representante municipal, obteve-se a informação de que, embora a Política Nacional do Esporte assinala que ser papel do município “criar uma legislação que favoreça o desenvolvimento esportivo do município com a adesão, inclusive, da iniciativa privada”, a prefeitura de Iapu não implementou Plano Municipal de Esporte e Lazer. Entretanto, o Artigo 170º de sua Lei Orgânica estabelece que “é vedado ao Município subvencionar entidades desportivas profissionais, devendo dentro da capacidade financeira, incentivar a prática desportiva amadora como lazer e promoção cultural dentro da política de educação e de cultura especialmente nas escolas municipais” (IAPU, 1990).

Obteve-se também a informação de que o município não possui sistema de informações e indicadores para monitorar e avaliar a política de esporte e lazer.

3.2.3.1.2 Mecanismos de Participação

Em pesquisa realizada no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Esportes, constatou-se que o Conselho Municipal de Esporte, instituído pela Lei nº 1.397 de 21 de dezembro de 2009, encontra-se inativo. Segundo o gestor público entrevistado, o Conselho é fiscalizador e opinativo, sendo sua representação paritária.

3.2.3.1.3 Financiamento e Fomento

Conforme dados levantados em pesquisa de campo, Iapu não dispõe de Fundo Municipal de Esporte e/ou Lazer ou de legislação de incentivo a esses setores.

De acordo com o representante municipal entrevistado, Iapu possui dotação orçamentária específica destinada ao esporte e ao lazer. Porém, o entrevistado não soube informar o

percentual representado pela referida dotação no conjunto do orçamento municipal. Ele informou, ainda, que a prefeitura utiliza recursos próprios para promover, fomentar e apoiar iniciativas nas referidas áreas.

O indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer”¹⁴ do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) de “Esporte e Lazer” apontou que, em 2013, os gastos orçamentários de lapu nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer representaram 0,5% do orçamento municipal total. Em 2009, esse percentual era de 0,3%, o que representa um aumento de 0,2% no período de 2009 a 2013 (FJP, 2013).

3.2.3.1.4 Programas, Projetos e Práticas

Em pesquisa realizada junto à Secretaria de Estado de Esportes, constatou-se que o município de lapu tem participação nos Jogos Escolares de Minas Gerais.

Já no levantamento de dados em campo foi registrado que os principais eventos esportivos e/ou de lazer realizados no município são: Campeonato de Futebol Regional e Estadual, Torneios de Futebol na Zona Rural, Corrida Rústica, Campeonato de Taekwondo e Campeonato de Futsal.

O indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte”¹⁵, integrante do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), elaborado pela Fundação João Pinheiro, revela

14 O indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer” mostra a participação percentual dos gastos orçamentários dos municípios, apresentados em sua prestação de contas anuais, nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer nos gastos totais. Maior disponibilidade de recursos para ser investido em ações, programas e projetos, refletindo maior compreensão do governo municipal sobre a importância da política pública voltada para a promoção do setor, indica maior possibilidade de ampliar o desenvolvimento de práticas desportivas formais e não formais no âmbito do município. (FJP, 2013).

15 O indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte” mostra a participação do governo municipal na execução de ações, projetos e/ou programas, isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades, relacionados com o desporto educacional, de participação e de rendimento, inclusive para pessoas idosas e deficientes.

A pontuação do município é dada pelo número de modalidades realizadas por atividade esportiva e pelo número de atletas participantes em cada programa/projeto. Os valores encontrados são convertidos em índices que variam de 0 a 1,

que “Iapu estava entre os 474 municípios de Minas que não implementaram ações voltadas para o desenvolvimento do esporte e lazer” (FJP, 2013).

O ICMS Esportivo, por sua vez, é um programa do governo de Minas Gerais que tem como objetivo fomentar a realização de programas/projetos esportivos, a organização da política esportiva dos municípios e a participação popular, por meio dos Conselhos Municipais de Esporte. Assim, para participar do ICMS Esportivo, a cada ano, os municípios devem comprovar a atividade regular de Conselho e a realização de programas/projetos no ano base – ano civil imediatamente anterior ao de cálculo da pontuação no ICMS Esportivo (MINAS GERAIS, 2016).

A observação do Relatório dos Indicadores Definitivos do ICMS Solidário - Critério Esportes (Artigo 8º, §3º, Inciso I da Lei 18.030/2009), ano base 2015, possibilita notar que o município de Iapu não obteve pontuação no período avaliado, visto que seu Conselho Municipal encontra-se cadastrado, porém inativo (MINAS GERAIS, 2016).

3.2.3.2 Espaços/Equipamentos Esporte e Lazer

O município possui sete espaços de esporte e/ou lazer que se constituem em ponto de encontro da comunidade para atividades de recreação, lazer, festas, esportes, eventos e atividades físicas, escolares, esportivas e culturais. São eles:

- Estádio Municipal de Iapu;
- Iapu Country Clube;
- Centro de Evangelização;
- Ginásio Poliesportivo de Iapu;
- Casa de show Samuray;
- Praça Higino Fernandes;
- Mirante de Iapu.

representando, respectivamente, a pior e a melhor situação. Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior é o número de atividades esportivas oferecidas e maior o número de atletas atendidos no município, o que contribui para fortalecer o esporte e lazer em Minas Gerais. (FJP, 2013).

Tabela 14 Espaços/Equipamentos Esporte e Lazer

Estádio de Iapu



Iapu Country Clube



Ginásio Poliesportivo de Iapu



Casa de Shows Samurai





Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.3 Clipping de Notícias

O *clipping* de notícias foi realizado no principal sítio de busca da *internet*, o *google*¹⁶, a partir de taxonomias definidas com palavras-chave associadas ao evento e por ordem de relevância¹⁷. As taxonomias utilizadas foram: I) Iapu E barragem OU barragens OU Samarco OU BHP OU mineradora Vale OU rio Doce OU mineração; II) Iapu E barragem de Fundão.

Para Iapu, a utilização das taxonomias gerou poucos resultados. A tabela abaixo apresenta a compilação das informações presentes nesta pesquisa.

¹⁶ goo.gl/46bXSx

¹⁷ O período de realização do clipping está compreendido entre a data do rompimento da barragem, 05/11/2015, e 11/01/2016.

Tabela 15 Clipping de Notícias - Iapu

Título	Data de publicação	Veículo	Link de acesso	Abrangência	Impacto
Rompimento de barragem deixa 35 cidades mineiras em situação de emergência	27/11/15	R7.com	http://noticias.r7.com/minas-gerais/rompimento-de-barragem-deixa-35-cidades-mineiras-em-situacao-de-emergencia-27112015	Nacional	Negativo
Cidades querem que Samarco arque com seus prejuízos	30/11/15	Diário do Rio Doce	goo.gl/RW0ROn18	Nacional	Negativo

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

As notícias encontradas se referem essencialmente aos municípios atingidos pela barragem de Fundão, destacando a situação na qual se encontravam logo após o evento. De modo geral, as reportagens mencionam Iapu em listagens nas quais constam esses municípios.

A notícia divulgada no portal R7¹⁹ alertou para o rompimento da barragem que deixou 35 cidades mineiras em situação de emergência. A Coordenadoria Estadual de Defesa Civil divulgou documento decretando situação de calamidade pública para estes municípios. A partir deste decreto, as prefeituras podem recorrer a cofres públicos para solicitar recursos financeiros. A matéria traz uma lista dos municípios atingidos pela lama e, entre eles, Iapu, mas reforça que Barra Longa e Rio Doce foram os mais afetados.

19 <http://noticias.r7.com/minas-gerais/rompimento-de-barragem-deixa-35-cidades-mineiras-em-situacao-de-emergencia-27112015>

O sítio eletrônico do Diário do Rio Doce²⁰ de Governador Valadares destaca-se por se tratar de um jornal local. De acordo com a notícia, a Frente Nacional dos Prefeitos irá entregar um relatório destacando as perdas financeiras, cabendo assim a cada município fazer seu próprio levantamento. “Há prejuízos que precisam ser ressarcidos imediatamente, os relacionados à perda de receita dos municípios”, comenta o presidente da Frente Nacional de Prefeitos. A Organização das Nações Unidas (ONU) também divulgou um alerta sobre a contaminação do rio e enviou uma mensagem aos 39 municípios atingidos, solicitando que sejam informados de quaisquer relato de pessoas que apresentarem sintomas em decorrência da contaminação do rio.

A partir da amostra de notícias, verifica-se que, de modo geral, as menções a lapu se dão em listagens, não havendo especificações ou aprofundamentos quanto à situação do município após o Evento. Ademais, cabe ressaltar que o nome do município não figura em nenhum título das notícias selecionadas para amostra do *clipping*.

20 goo.gl/RW0ROn

Vivo²¹, um acervo digital colaborativo voltado especificamente para temas relativos ao rompimento da barragem de Fundão, em 2015.

A opção se deve à data de sua implementação, 04/11/2016, permitindo o contato com produções não só relevantes, mas recentes. Além disso, sendo a Conectas²² e a Onda Política²³ as responsáveis pela elaboração da plataforma, presume-se a qualidade de seu conteúdo, uma vez que ambas são ONGs²⁴ com destacada legitimidade e alcance internacionais. No repositório, a produção científica é relacionada na Coleção Academia²⁵, que conta com artigos, experimentos, relatórios e bases de dados.

Tabela 16 Síntese de citações - Iapu

Município de Iapu		
Coleção Academia	Link de acesso	Menção
UFJF & UFMG A Tragédia do Rio Doce - a Lama, o Povo e a Água	goo.gl/sximc2	Não
POEMAS Antes fosse mais leve a carga	goo.gl/uGkSiU	Sim
POEMAS Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce	goo.gl/fBQ4kL	Não
POEMAS Considerações sobre o Termo de Transação e de Ajustamento	goo.gl/jTkhRX	Não
ORGANON Impactos socioambientais no Espírito Santo	goo.gl/t9TRE2	Não

21 goo.gl/hBGDKp

22 goo.gl/BcEHVc

23 goo.gl/x1VYhC

24 Organização Não Governamental

25 Atualizada em 04/11/2016. Ver goo.gl/LPOqWr

POEMAS Pedras de sangue e choro maculam a vertente	goo.gl/1p3qra	Não
UFES Resultados Parciais das Análises Realizadas em Amostras	goo.gl/M7Mwqb	Não

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

Na tabela acima, é possível observar que o município de Iapu foi mencionado em apenas uma publicação do recorte. Em “PoEMAS²⁶ / Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG) – relatório final”²⁷, de dezembro de 2015, as informações sobre o evento são mobilizadas para refletir a respeito da atividade mineradora no Brasil²⁸.

O estudo foi elaborado por pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro e Universidade Estadual de Goiás²⁹. No documento, observa-se que a primeira menção a Iapu se trata de uma listagem³⁰. Nela, descreve-se a relação de municípios para os quais se decretou estado de emergência ou calamidade pública à época do evento. Em outra menção, pontuam-se as divergências existentes entre os pareceres institucionais quanto à presença de rejeitos na água do rio Doce³¹.

26 Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade.

27 PoEMAS. Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). Mimeo. 2015.

28 Os esforços empreendidos pelo grupo de pesquisa resultaram em um livro, de mesmo nome do relatório final, lançado em 05/11/2016, um ano após o evento. Ver: goo.gl/1soM41 Copy short U

29 goo.gl/Ry1Shs Copy short URL

30 Página 55.

31 Página 62.



Síntese

4 Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas

4.1 Turismo

O gestor público entrevistado durante o levantamento de campo em Iapu afirmou que o turismo é muito importante para o município. No entanto, ele não fez nenhuma observação a respeito de suas principais potencialidades ou sobre a característica marcante do turismo local.

Logo, diagnostica-se que o turismo ainda é incipiente em Iapu, faltando estruturas básicas organizacionais, tanto do poder público quanto da iniciativa privada, a serem desenvolvidas para o fomento da atividade.

Ademais, considerando os instrumentos de planejamento do turismo, tem-se que a estrutura de gestão não está estabelecida conforme as diretrizes nacional e estadual, qual seja, detalhar, estruturar e implementar os quatro instrumentos para o desenvolvimento responsável do turismo local (SETUR, 2014): Conselho Municipal de Turismo (COMTUR); Plano Municipal de Turismo (PMT); Fomento da atividade turística (FUMTUR) e o ICMS Turístico. Soma-se a isso o fato de o município ainda não possuir legislação de incentivo ao setor, fator fundamental ao fomento das atividades a ele relacionadas.

Após aplicar os questionários do INVTUR nos empreendimentos e serviços turísticos, bem como questionário complementar junto a gestores públicos e privados, pôde-se destacar que as principais potencialidades e fragilidades levantadas no município foram:

- A população local é pouco sensibilizada e mobilizada para o turismo;
- O município apresenta uma pequena estrutura para o turismo, mas que atende à demanda atual.

4.2 Cultura

Iapu não possui Sistema Municipal de Cultura estruturado e tampouco realizou sua adesão ao Sistema Nacional de Cultura. Além disso, Iapu não elaborou o Plano Municipal de Cultura

ou legislação municipal de incentivo ao setor. O município não conta, portanto, com uma política estruturada e continuada na área cultural.

Já com relação à política de patrimônio, o município possui setor responsável, conselho e fundo específico. Participa do ICMS Patrimônio Cultural ainda que com uma pontuação abaixo da média dos municípios mineiros, indicando a necessidade de ampliação e aperfeiçoamento das ações de preservação do patrimônio histórico e cultural.

Iapu carece de maior diversidade de equipamentos para a produção, difusão e fruição da cultura e da história local como centro cultural, arquivo público, espaço ou centro de memória, entre outros.

As principais dificuldades enfrentadas, segundo as entrevistas realizadas em campo, são relativas à falta de recursos para investimento na área, bem como à falta de informação da população em relação a assuntos como tombamento, inventário e outros concernentes à questão cultural e patrimonial. Foi apontado, ainda, que a cultura é muito importante para o município, pois “através da cultura é possível descrever a identidade local”. Nesse sentido, afirmou-se que Iapu possui potencialidades de resgate da memória e valorização da identidade local, o que poderia ser estimulado por projetos de educação patrimonial para públicos diversos.

Em linhas gerais, é importante destacar a necessidade de se reformular as diretrizes e prioridades da ação cultural no município, de modo a promover a estruturação institucional em alinhamento com o Sistema Nacional de Cultura, incrementar o apoio aos grupos e manifestações locais, garantindo sua continuidade e fortalecimento, bem como favorecer a democratização da cultura para a população iapuesa.

4.3 Esporte e Lazer

Iapu apresenta frágil estrutura de gestão da política voltada para o esporte e lazer. Conforme salientado no Diagnóstico, o órgão incumbido de gerir a política de esporte e lazer acumula entre as suas funções a gestão de outras políticas públicas setoriais.

O representante municipal entrevistado informou haver dotação orçamentária específica para a Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo, embora não tenha informado o

percentual destinado à promoção, fomento e apoio ao esporte e ao lazer em relação ao orçamento total do município.

Além disso, a inexistência de Fundo Municipal de Esportes e de Plano Municipal de Esportes, bem como de qualquer legislação que apoie e incentive uma política esportiva e de lazer municipal, reforça a assertiva acerca da fragilidade na gestão dos setores em questão.

Quanto à adesão deste município em ações promovidas pela Secretaria de Estado de Esportes, registrou-se que Iapu tem participação em um único programa, sendo ele o Jogos Escolares de Minas Gerais.

O Conselho Municipal de Esportes e Lazer, que desempenha papel fundamental na organização e controle da gestão pública local, encontra-se inativo, impedindo, assim, a participação em programas que proporcionariam uma melhoria na arrecadação financeira municipal, tais como, o ICMS Solidário – Critério Esportivo.

O representante municipal reconhece que o esporte é muito importante para o município, pois divulga o nome da cidade, tira as crianças da rua e oferece oportunidades, inclusive com alunos sendo destaque em campeonatos, na natação e em outras modalidades esportivas. A escola oferece, através da prefeitura, diversas opções de prática esportiva, tais como jiu-jitsu, natação e capoeira, configurando, assim, uma potencialidade para o crescimento do esporte em Iapu. Contudo, a falta de recursos financeiros foi citada como a principal fragilidade para o desenvolvimento do esporte local.

O entrevistado também afirmou que o lazer é muito importante para o desenvolvimento social e econômico de Iapu, pois são as atividades inerentes a esse setor que contribuem para o entrosamento das pessoas e bem estar físico e mental. Para ele, o grande número de pessoas de várias faixas etárias que não possuem atividades de lazer, e a existência do Centro de Convivência, com espaço a ser explorado com mais atividades, são as principais potencialidades a serem desenvolvidas no município. Entretanto, a falta de recursos financeiros é, mais uma vez, citada como a principal fragilidade observada para o desenvolvimento deste setor.

Ainda de acordo com o entrevistado, as ações prioritárias que podem ser desenvolvidas no município para o desenvolvimento do esporte e do lazer são:



- Incentivar a prática de diferentes modalidades esportivas;
- Instalar academia ao ar livre;
- Dotar recursos financeiros destinados para incentivo a equipamentos culturais e de esporte e lazer.

Além disso, a partir do Diagnóstico elaborado foi possível observar que a estruturação institucional do município para o planejamento e a gestão participativa da política de esporte e lazer, a qualificação profissional dos agentes públicos e a ampliação dos investimentos em programas de esporte e lazer com atividades diversificadas, são medidas necessárias à elevação da qualidade de vida da população.



Avaliação de Impactos

5 Avaliação de Impactos

5.1 Metodologia

Embora se baseie nos princípios e normativas estabelecidos para processos de avaliação de impactos para a realização da Avaliação de Impactos procedida no âmbito deste estudo, optou-se pela criação de procedimentos específicos, adequados à identificação e cotejamento de diversos aspectos relacionados às dimensões do turismo, cultura, esporte e lazer, impactados pelo Evento nos 32 municípios e em localidades e/ou segmentos populacionais neles existentes.

Em síntese, o processo de AIA ora proposto possui as seguintes etapas:

- Identificação dos impactos ambientais do Evento por município/localidade (preenchimento da matriz de identificação dos impactos);
- Classificação dos impactos;
- Identificação de medidas mitigadoras ou potencializadoras dos impactos (negativos e positivos, respectivamente) já tomadas e/ou em andamento pela empresa (ou Fundação Renova), proposição de novas medidas e ou readequações e reavaliação da magnitude e importância dos impactos (considerando as medidas mitigadoras ou potencializadoras);
- Descrição geral dos impactos ambientais;
- Avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

O primeiro passo consistiu, portanto, na elaboração de uma listagem prévia de impactos identificados (método Listagem de Verificação ou *Check-list*), como ponto de partida para a análise e discussão interdisciplinar do rol de impactos ambientais, conforme Procedimentos empregados na Avaliação de Impacto.

Os resultados deste trabalho foram compartilhados entre todos com vistas a proporcionar maior interação entre os técnicos das diferentes áreas envolvidas no estudo, a fim de

contemplar todas as características e especificidades decorridas do Evento. As revisões realizadas na identificação destes impactos são apresentadas na Tabela 17.

Tabela 17 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão

Componente Ambiental	Impactos identificados
Turismo	Efeito Negativo e repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento
	Impacto direto sobre atrativos turísticos
	Impactos diretos sobre equipamentos e estruturas de turismo
	Impacto econômico no setor turístico
	Impacto no Fluxo Turístico para o Município
	Impacto ambiental e na paisagem
	Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva
Cultura	Perda e/ou Comprometimento de bens imóveis
	Perda e/ou Comprometimento de Patrimônios Culturais Imateriais
	Perda ou comprometimento de bens móveis
	Perda ou comprometimento de locais de importância cultural
	Alteração de Costumes Culturais
	Alteração na Agenda Cultural
Esporte	Perda e/ou Comprometimento de Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas
	Alteração do Calendário Esportivo
	Alteração de atividades de entidades esportivas
	Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas

	Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte
Lazer	Perda e/ou Comprometimento de Espaços de Sociabilização
	Alteração do Cotidiano Comunitário

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte é a denominada Classificação dos Impactos, que consiste na categorização de cada impacto segundo seus atributos individuais, a saber:

- Efeito: Indica a natureza do impacto analisado, se positivo ou negativo;
- Origem: Indica se o impacto está diretamente associado ao Evento ou se está relacionado indiretamente (impacto de 2ª ordem);
- Duração: Refere-se ao tempo necessário para a recomposição das condições originárias ou melhores do que as existentes antes do impacto ocorrer;
- Abrangência: Está relacionada com a área de ocorrência do impacto analisado. Também pode ser chamada de magnitude;
- Severidade: É a análise da gravidade do impacto decorrido em função do Evento. No caso deste estudo, a severidade foi mensurada de maneira específica para cada impacto de cada um dos setores analisados ou objetos do trabalho.

Essa classificação é realizada por meio do preenchimento de uma matriz de avaliação de impactos, conforme apresentada a seguir:

Tabela 18 Modelo planilha de Identificação dos impactos ambientais

Impactos identificados	Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
	Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação						Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação				
	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Abrangência/	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento											
Impacto sobre atrativos turísticos											
Impactos sobre equipamentos e estruturas de turismo											
Impacto econômico no setor turístico											
Impacto no Fluxo Turístico para o Município											
Impacto ambiental e na paisagem											

Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva											
Impacto sobre Bens Imóveis											
Impacto sobre Bens Culturais Imateriais											
Impacto sobre Bens Móveis											
Impacto sobre locais espaços e equipamentos de importância cultural											
Alteração de Costumes Locais											
Alteração na Agenda Cultural											
Impacto sobre Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas											
Alteração do Calendário Esportivo											
Alteração de atividades de entidades esportivas											
Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas											
Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte											
Impacto sobre Espaços de Sociabilização											

Alteração do Cotidiano Comunitário relativo ao lazer												
-------------------------------------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte consistiu na construção de um índice de ponderação para os itens (c), (d) e (e), com uma numeração que varia de 1 a 4, como forma de auxiliar o processo de dimensionamento desses impactos. Tanto a descrição de cada item da classificação quanto sua nota de ponderação são apresentados no Tópico seguinte “Definições e Conceitos”.

A atribuição de valores a estes três aspectos dos impactos poderá ser percebida por meio da análise do Gráfico Radar, utilizado como artifício para possibilitar a melhor visualização do alcance dos impactos. A ponderação é crescente do centro aos vértices do Gráfico Radar e cada vértice do triângulo indica um atributo de classificação do impacto (Cardoso, 2014).

Não há ponderações com valor zero, essa região no gráfico indica apenas o centro do triângulo e o ponto de partida para valoração das classificações do impacto analisado.

A Figura 19 apresenta o Gráfico Radar, sem ponderação, para fins de entendimento da distribuição dos valores.

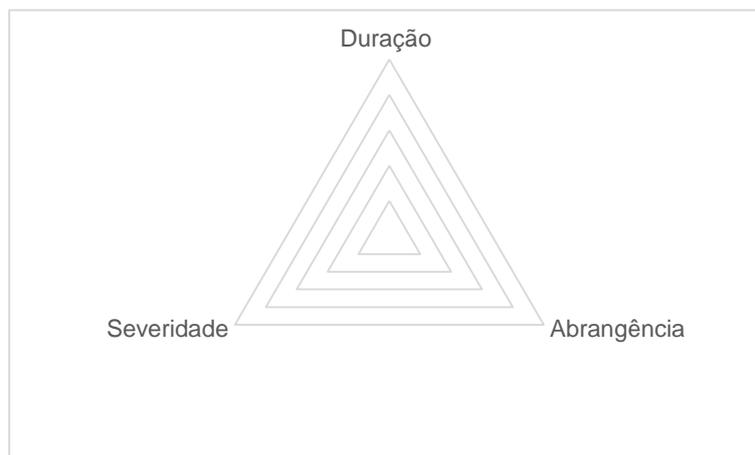


Figura 19 Modelo de Gráfico de Radar

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Para facilitar a diferenciação entre os impactos positivos e negativos, foram adotadas colorações distintas entre os gráficos, utilizando-se as cores vermelha (impactos negativos) e verde (impactos positivos), como apresentado na Figura 20, a seguir:

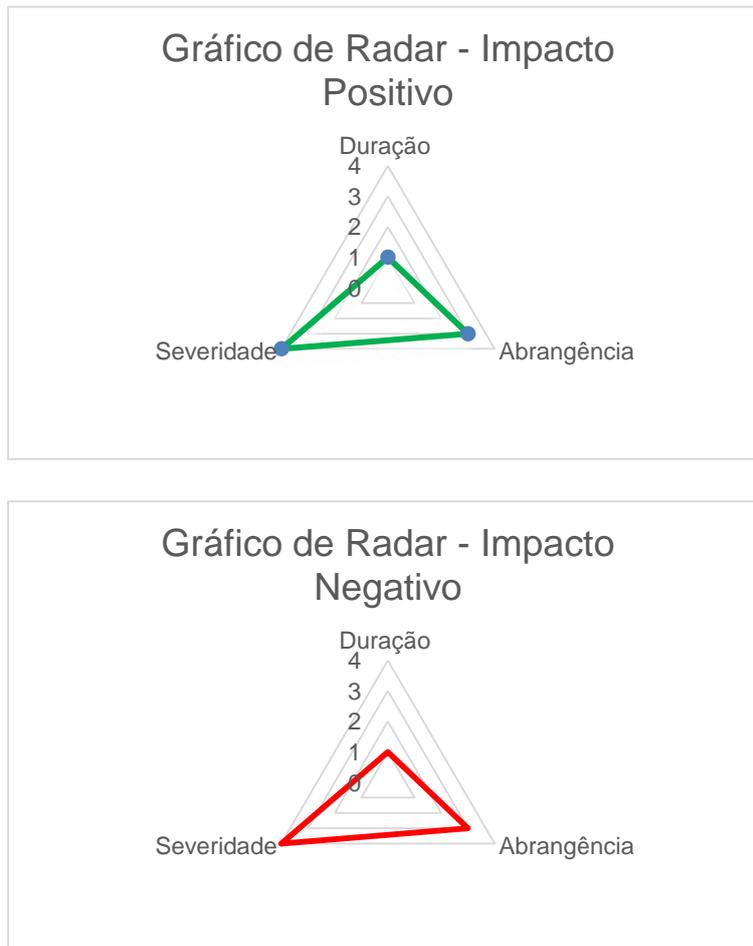


Figura 20 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

A Avaliação de Significância do impacto ambiental é a última etapa do processo de Ponderação dos Impactos e a referência mais importante do trabalho, e normalmente a que gera maiores questionamentos se for determinada de forma subjetiva, sem critérios

claros. A significância indica a relevância do impacto e do indicador ambiental e serve para determinar o foco e os pontos de atenção para os impactos mais críticos. Isso possibilita o melhor planejamento ambiental das atividades e o direcionamento das medidas de controle ambiental do empreendimento.

Neste trabalho, a significância do impacto será definida a partir do cruzamento da avaliação da magnitude e da relevância do impacto, dentro das escalas construídas, e classifica-se em pouco significativo, significativo, muito significativo e crítico. A Figura 21 exemplifica a classificação Significância dos impactos:

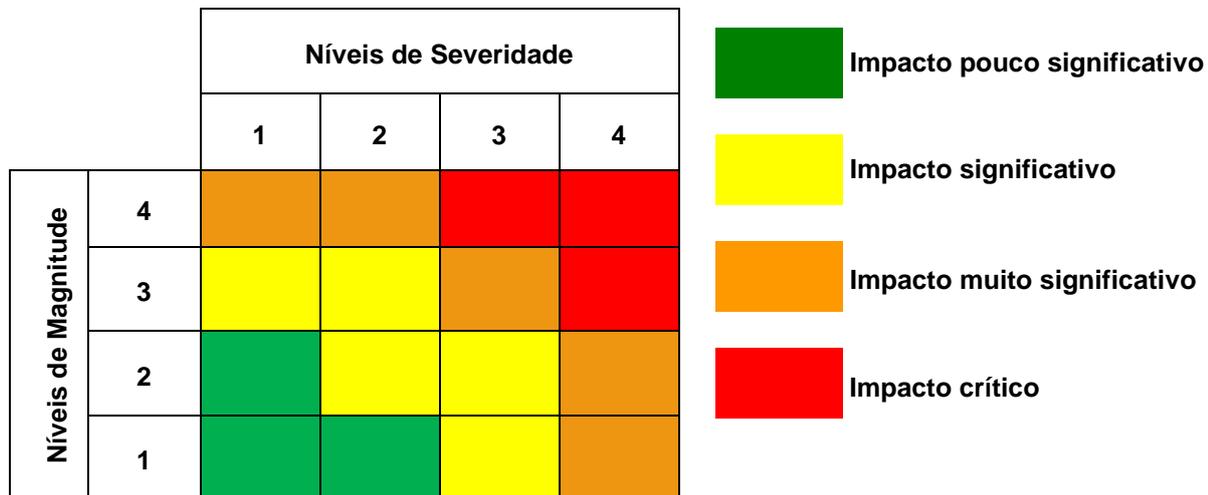


Figura 21 Classificação da Significância de Impactos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte é a avaliação das medidas de mitigação em andamento, proposição de readequações e de novas medidas e realização de uma nova avaliação, após a conclusão dessas ações.

Considerando o prazo decorrido desde o Evento é de se esperar que várias ações de recomposição, mitigação e compensação de impactos tenham sido realizadas pela empresa.

Por essa razão, as situações e cenários encontrados em campo possivelmente já correspondem às suas condições originais, seja pela ação do tempo e/ou pela implementação de ações de mitigação, minimização ou compensação do impacto. Essas ações deverão ser avaliadas e seus resultados mensurados.

Os procedimentos de levantamento de dados em campo – observações, registros fotográficos, realização de entrevistas – foram concebidos na perspectiva da identificação e comparação do impacto com e sem a realização das atividades de reparação ou compensação, a fim de subsidiar a avaliação das mesmas, bem como a apreciação daquilo que é necessário ainda ser realizado. Os aspectos propostos para nortear essa avaliação, integrantes da matriz de impacto, são os que se apresentam a seguir.

Por fim, tem-se as duas últimas etapas do processo de Avaliação de Impacto, que consistem na descrição geral dos impactos ambientais segundo os temas em estudo e na avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

5.1.1 Definições e Conceitos

5.1.1.1 Efeito

- a) Impactos positivos (**IP**) são aqueles que resultam na melhoria de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).
- b) Impactos negativos (**IN**) resultam em um prejuízo da qualidade de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).

5.1.1.2 Origem dos Impactos

Os impactos decorrentes do Evento podem ser divididos como de origem direta e indireta.

- c) Impactos diretos (**ID**) são aqueles cujo efeito é percebido diretamente como resultado da atividade do empreendimento prevista. Também chamado de impacto de 1ª ordem;
- d) Impactos indiretos (**II**) resultam como efeito secundário da atividade do empreendimento, podendo ainda ser descritos como aqueles impactos não iniciais que fazem parte de uma cadeia de reações / impactos deflagrados a partir de uma atividade do empreendimento.

5.1.1.3 Abrangência dos Impactos (Magnitude)

As consequências do rompimento da barragem de Fundão, trouxeram impactos de diferentes naturezas, magnitudes e extensões sobre a cultura, esporte, lazer e turismo. De maneira geral, pode-se dizer, com relação à abrangência, que os impactos podem ser sentidos nos seguintes níveis:

- a) Impactos nas áreas localizadas às margens dos cursos d'água afetados (**IL**) (1) – se referem a impactos diretos sobre bens, estruturas e serviços. Este impacto pode ser tanto de ordem física (afetação direta pela lama) ou não (algum tipo de consequência direta da alteração da qualidade da água). Não é possível estabelecer uma área física de abrangência, tendo em vista que a lama afetou de maneiras bastante diferenciadas as margens dos rios;
- b) Impactos sobre comunidades (**IC**) (2) – Comunidades rurais ou sede municipais localizadas próximas aos cursos d'água que tenham sido impactadas direta ou indiretamente pelo Evento;
- c) Impactos sobre municípios (**IM**) (3) – Neste nível de abrangência são considerados os municípios em termos de unidade de planejamento e administração;
- d) Impactos regionais ou em nível nacional ou internacional (**IR**) (4) – Utilizado para aqueles impactos que ultrapassam os limites municipais, atingindo toda a região – podendo ser a região de planejamento ou circuitos turísticos em que o município, eventualmente, esteja inserido.

5.1.1.4 Duração dos Impactos

A complexidade das consequências de um Evento como o de estudo apontam para:

- a) Impactos de recomposição em curto prazo (**ICP**) (1) são aqueles passíveis de serem mitigados em até 2 anos desde a ocorrência do Evento;
 - b) Impactos a médio prazo (**IMP**) (2) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em até 5 anos;
 - c) Impactos a longo prazo (**ILP**) (3) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em período superior a 5 anos;
- Impactos não remediáveis (**INR**) (4) são aqueles não passíveis de recomposição ou mitigação.

5.1.1.5 Severidade dos Impactos

A severidade dos impactos foi definida de acordo com cada um dos temas estudados neste trabalho e de forma específica para o impacto identificado, como forma de se precisar ao máximo as características de tais consequências.

5.1.1.5.1 Turismo

Impacto: Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento no âmbito regional, nacional e internacional;
- b) Médio (2) – Pequeno grau de abundância. Com baixo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- c) Médio-alto (3) – Elevado grau de produção. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- d) Alto (4) – Abundante. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento.



Impacto: Impacto sobre atrativos turísticos.

- a) Baixo (1) – Baixo nível de interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção parcial de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – Impossibilidade de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

Impacto: Impactos sobre equipamentos e estrutura do turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou parte expressiva dos serviços e equipamentos turísticos, da infraestrutura para receptivo ou dos meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os serviços e equipamentos turísticos, a infraestrutura básica para receptivo no entorno ou os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

Impacto: Impacto econômico no setor do turismo.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- b) Médio (2) – Impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;



- c) Médio-alto (3) – Elevado nível de impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- d) Alto (4) – Alteração drástica sobre as questões turísticas sob o viés econômico.

Impacto: Impacto no fluxo turístico para a região

- a) Baixo (1) – Houve impacto inexpressivo em relação ao fluxo de visitantes;
- b) Médio (2) – Houve alteração no fluxo de visitantes;
- c) Médio-alto (3) – Elevada alteração no fluxo de visitantes;
- d) Alto (4) – Alteração drástica no fluxo de visitantes.

Impacto: Impacto ambiental e na paisagem

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o ambiente e paisagem turística;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o ambiente e a paisagem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou o ambiente e paisagem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a paisagem.

Impacto: Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações.

Impacto: Impacto sobre elementos de sinalização.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a sinalização turística do bem;



- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a sinalização turística do bem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a sinalização turística do bem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a sinalização turística do bem.

Impacto: Impacto sobre pessoal ligado ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o pessoal ligado ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o pessoal ligado ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente o pessoal ligado ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente o pessoal ligado ao turismo.

Impacto: Impacto sobre fornecedores ligados ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva fornecedores ligados ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente fornecedores ligados ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente fornecedores ligados ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente fornecedores ligados ao turismo.

Impacto: Impacto sobre a cadeia do turismo local.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a cadeia do turismo local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a cadeia do turismo local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a cadeia do turismo local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a cadeia do turismo local.

Impacto: Impacto nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

5.1.1.5.2 Cultura

Impacto: Direto ou indireto sobre bens culturais imóveis.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

Impacto: Impacto direto ou indireto sobre bens culturais móveis (imagens, esculturas, pinturas, partituras, publicações, fotografias, etc).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;



- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

Impacto: Impacto sobre o calendário cultural do município.

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração no calendário cultural;
- b) Médio (2) – Poucas alterações no calendário cultural (até 30% do previsto ou do usual);
- c) Médio-alto (3) – Expressivas alterações no calendário cultural (de 31% a 70% do usual);
- d) Alto (4) – Severas alterações (mais de 70% do usual) ou suspensão do calendário cultural de 2016.

Impacto: Impacto sobre costumes, modos de vida e tradições locais (práticas sociais).

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração das práticas sociais cotidianas;
- b) Médio (2) – Poucas modificações das práticas sociais cotidianas;
- c) Médio-alto (3) – Significativas modificações das práticas sociais cotidianas;
- d) Alto (4) – Modificações radicais das práticas sociais cotidianas.

Impactos: Impactos sobre espaços e equipamentos de importância cultural.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os espaços e equipamentos culturais;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os espaços e equipamentos culturais;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou grande parte dos espaços e equipamentos culturais;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os espaços e equipamentos culturais.

Impactos: Impactos sobre atividades realizadas nos cursos d'água e imediações (lavadeiras, banho, mergulho, pesca de lazer, rituais religiosos e/ou sociais e outras atividades, exceto pesca esportiva).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre as atividades;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de afetação ou de comprometimento das atividades. Ou impacto indireto associado a outros impactos;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio risco de afetação ou de comprometimento das atividades;
- d) Alto (4) – Impacto direto, com elevado risco de desaparecimento e/ou comprometimento das atividades.

Impacto: Impacto sobre investimentos privados no incentivo à cultura.

- a) Baixo (1) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais de baixo custo que já existiam;
- b) Médio (2) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente projetos culturais de baixo custo financeiro;
- c) Médio-alto (3) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais que já existiam;
- d) Alto (4) – Após o Evento as empresas privadas optaram por não apoiar projetos aprovados por leis de incentivo à cultura.

Impacto: Ocorrência de intervenções antrópicas.

- a) Baixo (1) – Pouca ou nenhuma intervenção realizada ou perspectiva de recuperação das condições de funcionamento;
- b) Médio (2) – Intervenção realizada com perspectiva de médio prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- c) Médio-alto (3) – Intervenção realizada com perspectiva de curto prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- d) Alto (4) – Intervenção realizada com recuperação das condições de funcionamento.

5.1.1.5.3 Esporte e Atividades de Lazer

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos recursos naturais voltados às práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local.

Impacto: Perda e/ou Comprometimento dos Equipamentos e Estruturas voltados a práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os equipamentos e estruturas esportivas;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os equipamentos e estruturas esportivas;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os equipamentos e estruturas esportivas;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os equipamentos e estruturas esportivas.

Impacto: Alteração do calendário esportivo do município (ser sede de eventos e/ou participação em outros municípios).

- a) Baixo (1) – Redução inexpressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- b) Médio (2) – Redução parcial da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- c) Médio-alto (3) – Redução expressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;



- d) Alto (4) – Não é possível realizar quaisquer eventos esportivos dos que eram realizados no município e não há condições de participar de eventos esportivos que ocorrem em outros municípios.

Impacto: Alteração de atividades de entidades esportivas.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nas atividades de entidades esportivas com adaptação das atividades desenvolvidas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial das atividades de entidades esportivas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva das atividades de entidades esportivas;
- d) Alto (4) – Alteração completa das atividades de entidades esportivas.

Impacto: Alteração no investimento financeiro do setor público em programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar alguns programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- b) Médio (2) – Alteração parcial no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar a metade dos programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou lazer;
- d) Alto (4) – Alteração completa no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou de lazer.

Impacto: Alteração de investimento financeiro de empresas privadas no incentivo ao Esporte

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial na captação realizada junto a empresas privadas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- d) Alto (4) – Alteração completa na captação realizada junto a empresas privadas.

Impacto: Alteração nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

5.1.1.5.4 Lazer

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos espaços e/ou equipamentos de sociabilização e lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer.

Impacto: Alteração do cotidiano comunitário relativo ao lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva o cotidiano local relativo ao lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente o cotidiano local relativo ao lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente o cotidiano local relativo ao lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente o cotidiano local relativo ao lazer.

5.2 Resultado

A avaliação dos impactos do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão sobre o município de Iapu requer que se considere a configuração do trajeto do rio Doce no território local. Nesse aspecto, observa-se que a sede municipal de Iapu dista aproximadamente 10 km, em linha reta, do rio Doce. Não foram identificadas comunidades rurais próximas à calha deste curso d'água.

Considerada a configuração socioterritorial da relação do município com o rio Doce, identificaram-se 2 impactos relativos aos temas do turismo, da cultura, e do esporte e lazer em Iapu.

5.2.1 Impacto sobre a Imagem do Município

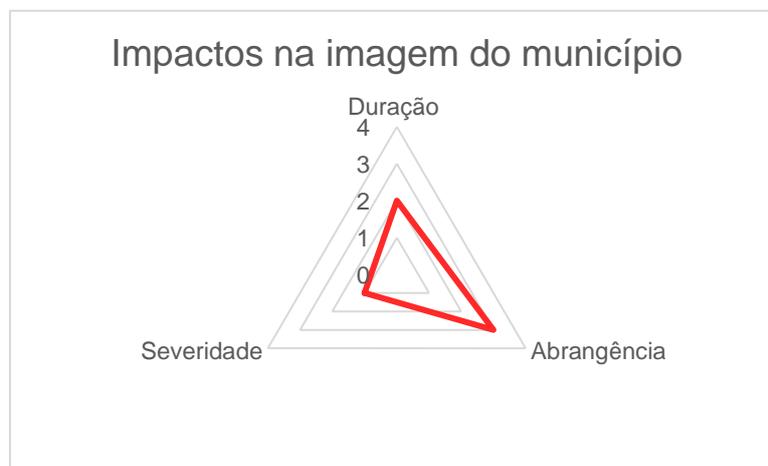
O rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, teve ampla repercussão em veículos de comunicação de alcance regional, nacional e internacional. Além das causas do Evento, seus impactos sociais, econômicos e ambientais mobilizaram e têm mobilizado a mídia e a ciência.

Nesta seção avalia-se o impacto da produção acadêmica e jornalística na imagem do município de Iapu. A base de tal avaliação são os resultados da pesquisa acerca das matérias jornalísticas e da produção científica acerca das causas e dos impactos do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, conforme apresentado no item de diagnóstico.

A metodologia de avaliação de impacto sobre a imagem aqui utilizada se baseia na mensuração do efeito negativo a partir de três variáveis: severidade, abrangência e duração. A severidade se refere à expressividade do conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento. Já a abrangência está associada ao alcance dessas produções - regional, nacional ou internacional. A duração, por sua vez, trata-se do tempo potencial de repercussão.

A análise realizada tanto no tocante às matérias jornalísticas quanto da produção acadêmica, permite avaliar o impacto negativo na imagem do município de Iapu pode ser considerado direto em relação ao Evento, de média duração (2), de baixa severidade (1) e de abrangência municipal (3).

Gráfico 2 Impactos na imagem do município



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A partir destas características e da metodologia aplicada, este impacto é classificado como significativo (2).

5.2.2 Impacto Econômico sobre o Setor de Turismo

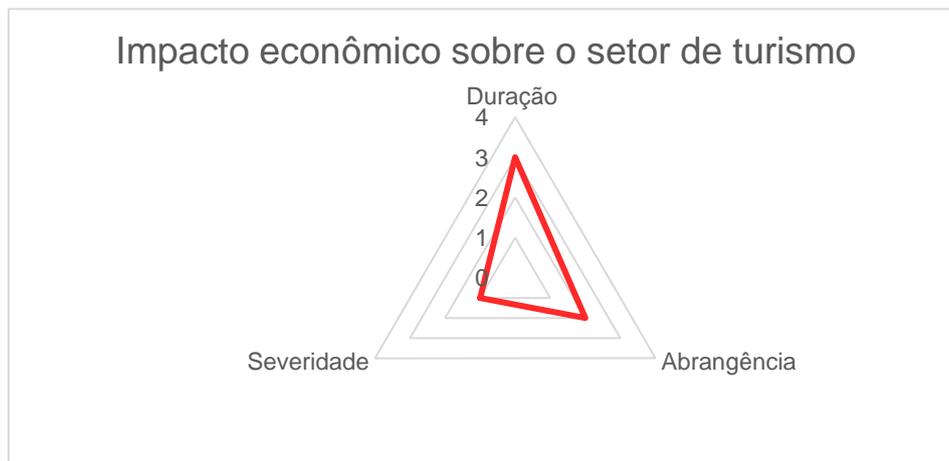
Conforme anteriormente informado, a sede municipal de Iapu dista aproximadamente 10 km, em linha reta, do rio Doce, o que de certa forma tende a diminuir a sensibilidade do município aos impactos do rompimento da barragem de Fundão. No setor de turismo, o diagnóstico elaborado evidenciou a incipiência das estruturas destinadas ao desenvolvimento da atividade e a fragilidade institucional necessária ao fomento dessa política pública.

Todavia, em entrevistas realizadas com empreendedores locais, o responsável por um estabelecimento de alimentos e bebidas afirmou que houve diminuição de aproximadamente 30% em sua arrecadação e de 20% no número de clientes em decorrência do Evento. Por consequência, o seu estabelecimento não serve mais peixes.

Cabe salientar que a análise das características turísticas de qualquer município é algo bastante complexo, porque se trata de um mercado muito segmentado, cada localidade possui características específicas e a sazonalidade influencia diretamente no resultado final.

Considerados os aspectos acima expostos avalia-se que o impacto no setor econômico de turismo no município de Iapu é negativo, indiretamente decorrente do Evento, de abrangência sobre a comunidade (2) e longo prazo de duração (3). Avalia-se, todavia, que a sua severidade é baixa (1), porque afeta um dentre os estabelecimentos do setor alimentos e bebidas.

Gráfico 3 Impacto econômico sobre o setor de turismo



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Com estas características, este impacto é avaliado como pouco significativo (1).



EXPRESSÃO
SOCIOAMBIENTAL
pesquisa e projetos

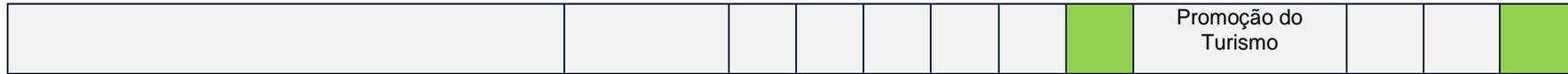


reparar, restaurar, reconstruir

A seguir, apresenta-se tabela com a classificação dos atributos relativos aos impactos acima descritos:

Tabela 19 Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais

Impactos identificados	Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
	Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação							Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação			
	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Abrangência/ Intensidade	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Impacto sobre a imagem do município	Notícias veiculadas em mídias digitais e televisivas regionais e nacionais	IN	ID	2	3	1	2	Recuperação da Estrutura Afetada Ações de Capacitação e Promoção do Turismo Ações de fortalecimento institucional para a gestão das políticas de turismo, cultura, esporte e lazer.	1	1	1
Impacto econômico sobre o setor de turismo	Alimentos e bebidas	IN	II	3	2	1	1	Ações de Capacitação e	1	1	1



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Créditos e Referências

6 Créditos e Referências

Entrevistados no município

Tabela 20 Listagem de participantes de reunião institucional em Iapu

Nome	Nome do setor/órgão
Antônio Afonso Duarte	Prefeito
Hélio Anicio	Gerente de Turismo da secretaria de governo/turismo
Maria Lenice	Secretária municipal de educação, cultura, esporte e lazer

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Equipe Técnica

Tabela 21 Equipe Técnica

Equipe Participante	Formação	Função/Cargo	Vínculo
Maria Fernandes	Psicóloga	Coordenação Geral / Sócia Diretora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Lucas Roque	Antropólogo	Coordenação técnica /Sócio Diretor	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Jaqueline Vilela Custódio	Bióloga	Gestão de Contrato	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Aline Santos	Administração de Empresas	Administrativo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Cláudio Letro	Sociólogo	Subcoordenação técnica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos

Sylvana Pessoa	Socióloga	Coordenação técnica /Coordenação de Cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Juca Villaschi	Arquiteto	Coordenação temática de patrimônio material e imaterial	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Ana Pacheco	Engenheira Civil	Coordenação de Campo/Subcoordenação de cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Marcos Knupp	Turismólogo	Coordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Suzana Fernandes de Paula	Turismóloga	Subcoordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Lise Costa	Educadora Física	Coordenação temática de esporte	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sidney Daniel Batista	Turismólogo	Coordenação temática de lazer	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Gabriel Alkmin	Biólogo	Coordenação temática de pesca	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Raquel Guerra	Relações Públicas	Coordenação Audiovisual	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Flávia Said	Advogada	Assessora jurídica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sabrina Almeida	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Paula Boarin	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Caroline Chaves	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Rúbia Meireles	Jornalista	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Marina Naves	Estudante de Ciências Sociais	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos

Tiago de Jesus Brito	Estudante de Ciências Sociais	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Moacir Salles	Geógrafo	Pesquisador de campo/geoprocessamento	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Maria Cecília Pedrosa	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Laetitia Jourdan	Antropóloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Victor Massini	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Bianca Aparecida Fonseca	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sara Christina do Nascimento	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Shirley Maclane Nunes Brito	Técnica em turismo e lazer	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Bárbara Natali Soares Guimarães	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Lucas Motta	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Laura Esther Silva Barbosa	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Tatiane Carvalho Bispo	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Mariene Luiza da Rocha	Arquiteta	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Maele Fernanda de Almeida	Técnica em segurança do trabalho	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Fernanda Patrícia de Oliveira Castilho Rinco	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Douglas André Rinco	Ensino médio	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos



Ronilson Breder	Ensino médio	Motorista	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Verônica Gonzaga Oliveira Gomes	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Jéssica Camila Rocha de Azevedo	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Referências

ATLAS BRASIL. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.ATLASBRASIL.ORG.BR/2013/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/). ACESSO EM: 13/01/2017.

BARBOSA, WALDEMAR DE ALMEIDA. DICIONÁRIO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. EDITORA ITATIAIA LIMITADA. BELO HORIZONTE; RIO DE JANEIRO: 1995.

BENI, M.C. ANÁLISE ESTRUTURAL DO TURISMO. SÃO PAULO. SENAC, 2007.

BRASIL Ministério da Cultura, Cadernos de orientação para os estados, 2012.

Disponível em:

<http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/1382041183148Guia-de-orienta%25C3%25A7%25C3%25B5es-para-os-Estados-SNC-Perguntas-e-Respostas-dezembro-de-2012.pdf/dde2db14-f3bb-4cc3-8812-328895390e64>. Acesso: 20/01/2017.

CARDOSO, V. B. S. UTILIZANDO RECURSOS VISUAIS (GRÁFICO RADAR) COMO METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS. XII SIBESA – XII SIMPÓSIO ÍTALO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL. NATAL-RN, 2014.

DATAVIVA. DISPONÍVEL EM: [HTTP://DATAVIVA.INFO/PT/](http://dataviva.info/pt/). ACESSO EM: 13/01/2017.

FEC - FUNDO ESTADUAL DE CULTURA. SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. NOVEMBRO DE 2016.

FERREIRA, JURANDYR PIRES. ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS MINEIROS. IBGE: 1957.

FERREIRA, JURANDYR PIRES. ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS MINEIROS. IBGE: 1957.

FJP - FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. PERFIL MUNICIPAL. IAPU. DISPONÍVEL EM: [HTTP://IMRS.FJP.MG.GOV.BR](http://imrs.fjp.mg.gov.br), ACESSO EM: 10/12/2016.

FJP - FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. SÍTIO LEI ROBIN HOOD. DISPONÍVEL EM: www.fjp.mg.gov.br/robin-hood/, ACESSO EM: 15/12/2016.

FUTURA, Matriz de Hierarquização de iniciativas, 2016.

IAPU, página do Facebook: Endereço: <https://pt-br.facebook.com/Prefeituralapu>,
Acesso em: 13/12/2016.

IAPU, SÍTIO ELETRÔNICO DA PREFEITURA: ENDEREÇO: <http://www.iapu.mg.gov.br/> , ACESSO
EM: 10/01/2017.

IBGE, PERFIL DOS ESTADOS E DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: CULTURA: 2014, COORDENAÇÃO
DE POPULAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS. RIO DE JANEIRO: IBGE, 2015.

IBGE, PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS – MUNIC, MÓDULO CULTURA. IBGE,
2014.

IBGE. IBGE CIDADES. DISPONÍVEL EM:

HTTP://WWW.CIDADES.IBGE.GOV.BR/XTRAS/HOME.PHP?LANG=_EN. ACESSO EM: 10/01/2017.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA.
DIRETORIA DE PROMOÇÃO. LISTA DOS BENS PROTEGIDOS. EXERCÍCIO 2017.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA.
ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL. DOCUMENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IAPU, EXERCÍCIO 2017.

DISPONÍVEL EM: <http://www.iepha.mg.gov.br/images/stories/ICMS/pontuacao-definitiva-exercicio-2017.pdf>. Acesso em 8/12/16.

MINAS GERAIS, Fiscalizando com o TCE, disponível

em: <http://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/>. Acesso em 20/12/2016.

MINAS GERAIS. 2014. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. PLANO ESTADUAL DE
CULTURA - MINAS GERAIS. 2014. SÍTIO INSTITUCIONAL, ATUALIZADO EM 13.06.2016,
ACESSADO EM 28.11.2016

MINAS GERAIS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. DISPONÍVEL EM:

HTTP://WWW.ALMG.GOV.BR/CONSULTE/INFO_SOBRE_MINAS/. ACESSO EM: 13/01/2017.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES. INSTITUCIONAL. BELO HORIZONTE,
2016. DISPONÍVEL EM: <<HTTP://ESPORTES.MG.GOV.BR/>> ACESSO EM: 26/11/2016

MINISTÉRIO DA CULTURA. GUIA DE ORIENTAÇÕES PARA OS MUNICÍPIOS: PERGUNTAS E RESPOSTAS. DEZEMBRO DE 2012, DISPONÍVEL EM [HTTP://BLOGS.CULTURA.GOV.BR/SNC/FILES/2011/01/CARTILHA-SNC.PDF](http://blogs.cultura.gov.br/snc/files/2011/01/cartilha-snc.pdf)

MINISTÉRIO DO TURISMO. INTRODUÇÃO À REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO. BRASÍLIA, 2007.

NOLASCO VP, BITENCOURT V, PAOLI PB, GOMES E, CASTRO M. ADMINISTRAÇÃO/GESTÃO ESPORTIVA. IN: DACOSTA LP (ORG.) ATLAS DO ESPORTE NO BRASIL: ATLAS DO ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E ATIVIDADES FÍSICAS DE SAÚDE E LAZER NO BRASIL. RIO DE JANEIRO: SHAPE, 2005.

PRÁXIS PROJETO E CONSULTORIA. DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO - MUNICÍPIO DE IAPU SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. PESQUISA DE DEMANDA TURÍSTICA. 2014.

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE. DISPONIBILIZADO NO SÍTIO ELETRÔNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES DE MINAS GERAIS, (MINAS GERAIS, 2016). ACESSO EM: 25/10/2016

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. CIRCUITOS TURÍSTICOS DE MINAS GERAIS: INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS. BELO HORIZONTE, 2009. DISPONÍVEL EM: < [HTTP://WWW.TURISMO.MG.GOV.BR/CIRCUITOS-TURISTICOS/INFORMACOES-ADMINISTRATIVAS](http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/informacoes-administrativas) >. ACESSO EM: 23/11/2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ICMS TURÍSTICO. 2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL DO TURISMO EM MINAS GERAIS. 2014.

SIDRA. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW2.SIDRA.IBGE.GOV.BR/BDA/TABELA/LISTABL.ASP?C=2031&Z=CD&O=17](http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=2031&z=cd&o=17). ACESSO EM: 13/01/2017.

SUPERINTENDÊNCIA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. CADASTRO DE BIBLIOTECAS. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS, 2016.



EXPRESSÃO
SOCIOAMBIENTAL
pesquisa e projetos



SUPERINTENDÊNCIA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS E SUPLEMENTO LITERÁRIO. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. NOVEMBRO 2016.

SUPERINTENDÊNCIA DE INTERIORIZAÇÃO E AÇÃO CULTURAL. PROGRAMA DE BANDAS. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS, 2016.

TCE PORTAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FISCALIZANDO COM O TCE MINAS TRANSPARENTE, 2016. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://FISCALIZANDOCOMTCE.TCE.MG.GOV.BR/HOME/INDEX](http://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/home/index), ACESSO EM: 10/01/2017

TUBINO, M, J, G.DIMENSÕES SOCIAIS DO ESPORTE.2º ED. SÃO PAULO: CORTEZ, 2001.